

UBIRATÃ

PREFEITURA



## PROCESSO LICITATÓRIO

Número

5529/2022

MODALIDADE

Pregão Eletrônico nº 4/2022

FINALIDADE

Botijões e Recargas de Gás

PROponentes

2676. Sanguin Alves

Ata 36/2022

PRAZOS E PUBLICAÇÕES

DE 26/01 A 10/02 ÀS 8:30 HORAS

LOCAL 28/01/2022

HOMOLOGADO 15/02/2022

OPR

VENCIMENTO

DIOE

OBSERVAÇÃO

UBIRATÃ, 26 / janeiro DE 2022.

**UBIRATÃ**

PREFEITURA



000001

# **PEDIDO DE LICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE PARA LICITAR**

**E**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

1. REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 1/2022

2. OBJETO

Aquisição de recargas e botijões destinados ao município.

3. VALOR TOTAL DA REQUISIÇÃO

R\$ 155.194,56 (Cento e cinquenta e cinco mil cento e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0205	6243	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		466,68
0302	6245	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		3.500,05
0501	6263	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		9.333,60
0502	6266	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		37.084,80
0503	6284	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		39.202,95
0604	6317	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	4.083,45
0605	6321	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	5.483,43
0701	6343	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.166,70
0901	6350	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.633,37
1001	6355	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.800,08
1002	6357	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		4.200,12
1201	6378	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		466,68
1601	6390	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		45.772,65

Ubiratã – Paraná, 10 de janeiro de 2022

GABINETE  
Geraldo José dos Santos  
Chefe de Gabinete

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE

Luiz Antônio Marafon  
Sec. de Viação e Serviços Rurais

SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERV. RURAIS

SECRETARIA DE ESPORTE

Sullivan Rocha  
Sec. de Esportes e Lazer

Ronaldo Felipe Maciel  
Sec. de Serviços Urbanos

SECRETARIA DE SERV. URBANOS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

5. DESPACHO DA SECRETARIA DAS FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Recebimento: 19/01 /2022

Conforme dotação orçamentária indicada, informamos:

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SIM	NÃO

**Cristiane Patrícia Zolin**  
Controladora  
CRC/PR 073218/O  
Contadora

De acordo com a PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	
SIM	NÃO

**Valdinei da Silva**  
Sec. de Finanças  
Secretário das Finanças

6. DESPACHO DA AUTORIDADE SUPERIOR

De acordo.

**Fábio de Oliveira Dalécio**

7. DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Data de recebimento: 19/01 /2022

Hora: 19:01

**Divisão de Licitação**



**ANEXO I  
COMPLEMENTO À REQUISIÇÃO Nº 1/2022**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1. Aquisição de recargas e botijões destinados ao município.

**2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação do objeto em questão tem por finalidade garantir o funcionamento das atividades diárias na cozinha das unidades de saúde e dos programas assistenciais, nas escolas municipais e nos centros de educação infantil da rede municipal de ensino para preparo da merenda escolar e nas demais secretarias do município para proporcionar condições para o preparo de refeições visando atender as equipes de trabalho e usuários dos serviços públicos. Nas demais copas, em sua maioria é preparado somente café para os servidores e usuários que se utilizam das dependências da prefeitura e demais locais de atendimento aos usuários do serviço público.

2.2. A necessidade do prazo de uma hora para a entrega da recarga de gás se dá, pois o município não dispõe de estoque de cilindros nas suas unidades, nas Escolas e Creches é ofertada merenda, na Casa Lar o alimento é preparado diariamente, no Restaurante Popular é feito refeição para as famílias de baixa renda, sendo assim é necessário à entrega pontual, dentro do prazo estabelecido, afim de não haver falta de alimento para atender tais unidades.

**3. VALOR DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O valor estimado para a contratação é de R\$ 155.194,56 (Cento e cinquenta e cinco mil cento e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

**4. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1. A execução do objeto será custeada pela (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0205	6243	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		466,68
0302	6245	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		3.500,05
0501	6263	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		9.333,60
0502	6266	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		37.084,80
0503	6284	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		39.202,95
0604	6317	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	4.083,45
0605	6321	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	5.483,43
0701	6343	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.166,70
0901	6350	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.633,37
1001	6355	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.800,08
1002	6357	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		4.200,12
1201	6378	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		466,68
1601	6390	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		45.772,65

**5. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

5.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses.

**6. INDICAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO**

6.1. Gestor do Contrato:

GABINETE	Geraldo José dos Santos
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	Maria Inês Bento
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Claudia Lazaretti
SECRETARIA DE SAÚDE	Orlando dos Santos Filho
SECRETARIA DE ESPORTES	Sullivan Jose Mohanna Rocha
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERV. RURAIS	Luiz Antonio Marafon
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Ronaldo Felipe Maciel
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Laercio Franca de Oliveira

6.2. Fiscal do Contrato:

GABINETE	Francielly T. C. L. Do Amaral
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	Nicollas Marcal Piveta
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Maria Isabel de Paiva
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Altair da Silva Pereira
SECRETARIA DE SAÚDE	Manoel do Nascimento
SECRETARIA DE ESPORTES	Jose Soares de Brito
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERV. RURAIS	Tania Fonseca da Rocha
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Adriana Candida Sluzovski
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Viviane C. Ciciliato Retamero

6.3. Fiscal do Contrato Substituto:

GABINETE	Robson Alexandre da Silva
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	Jose Carlos Goncalves
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Thiago Dadalto Gimenez
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Ellen Thais da Silva
SECRETARIA DE SAÚDE	Solange Fabris
SECRETARIA DE ESPORTES	Helio Galhardo Junior
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERV. RURAIS	Odilio Camargo Alves
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Jose Antonio Torres dos Santos
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Arnaldo Tomaz de Lima

7. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Código LC	Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
2539	1	1	Carga de gás GLP de 13 kg (461652)	580	UN.	116,6700	67.668,60
2540	1	2	Carga de gás GLP de 45 kg (461651)	200	UN.	423,6300	84.726,00
32990	2	1	Casco de gás vazio de 13 kg (461517)	12	UN.	233,3300	2.799,96

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1. O objeto será executado de maneira fracionada.

8.2. Os objetos ser deverão ser entregues nos locais e horários determinados na ordem de compras dentro do perímetro urbano do município e também no Distrito de Yolanda (aproximadamente 16 km da área urbana) e Comunidade São João (aproximadamente 13 km da área urbana). Podendo cada pedido ser efetuado qualquer dia da semana inclusive em sábados, domingos e feriados.

9. PRAZOS

9.1. O prazo de entrega dos produtos será:

Lote 01: Após o recebimento de cada pedido a licitante terá o prazo máximo de 01 (uma) hora para efetuar a entrega no local requisitado, durante horário de expediente, a contar do recebimento da autorização.

Lote 02: Após o recebimento de cada pedido a licitante terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para efetuar a entrega no local requisitado, durante horário de expediente, a contar do recebimento da ordem de compras, encaminhada pela Divisão de Compras do Município.

9.2. O prazo para entrega dos produtos que venham a ser substituídos será de metade do prazo estipulado para entrega.

10. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

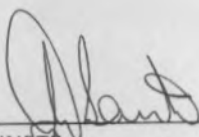
10.1. A fim de atendimento da legislação vigente, deverá ser exigida em edital a apresentação dos documentos abaixo relacionados. Conforme solicitado pela Divisão de Licitação, segue abaixo, relação de documentos utilizados no processo anterior 4768/2020:

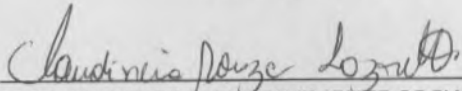
- A) Certidão de regularidade junto a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível - ANP, documento original ou cópia autenticada;
- B) Licença de operação emitido pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná atualizado, documento original ou cópia autenticada;
- C) Certificado de regularidade - CR emitido pelo IBAMA atualizado da filial participante da licitação - conforme instrução normativa nº 06 de 15/03/2013. Documento original ou cópia autenticada;
- D) Alvará de localização/funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal da empresa licitante, documento original ou cópia autenticada;
- E) Certificado de Vistoria em Estabelecimento - CVE, em vigência emitida pelo corpo de bombeiros, documento original ou cópia autenticada.


11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

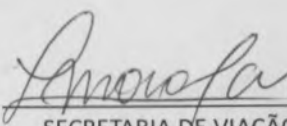
11.1. O pagamento será efetuado após o recebimento de cada serviço, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

Ubiratã, 10 de janeiro de 2022.

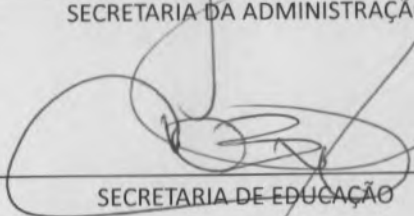
  
GABINETE  
Geraldo José dos Santos  
Chefe de Gabinete

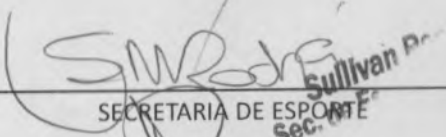
  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

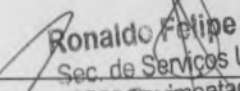
  
SECRETARIA DE SAÚDE

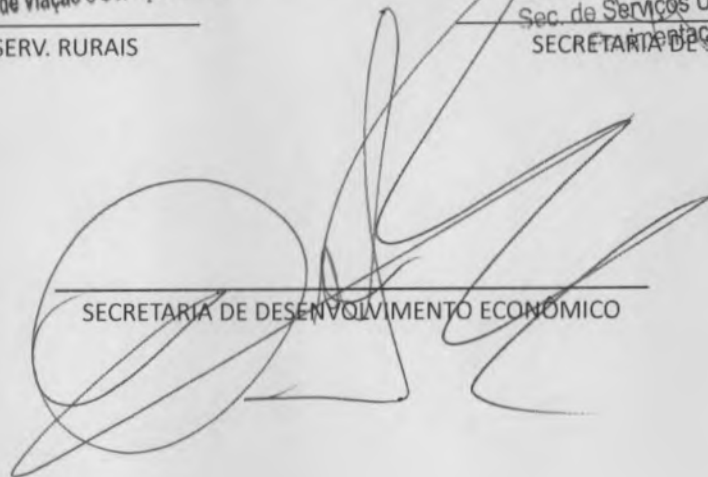
  
Luiz Antônio Marafon  
Sec. de Viação e Serviços Rurais  
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERV. RURAIS

  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

  
SECRETARIA DE ESPORTE  
Sec. ME

  
Ronaldo Felipe Maciel  
Sec. de Serviços Urbanos  
SECRETARIA DE SERV. URBANOS

  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- PESIR
- PAREKIR
- EDITA PRONTO

Conta.....	=	67	Credito Orcamentario	1 Ordinario
Orgao.....	=	02	GABINETE DO PREFEITO	
unidade Orcamentaria..	=	02.05	Conselho Tutelar	
Funcional.....	=	082440004	Assistencia Social	
Projeto/Atividade....	=	6001000	Manutencao das atividades do conselho tutelar	
Natureza da Despesa...	=	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte de Recursos....	=	0	Recursos livres	

## saldos de 01/01/2022 ate 19/01/2022

Dotacao Inicial.....	=	20.000,00
Credito Suplementar.....	=	0,00
Reducao Orcamentaria....	=	0,00
Empenhado no Periodo....	=	1.100,00
Liquidado no Periodo....	=	0,00
Anulado no Periodo.....	=	0,00
Pago no Periodo.....	=	0,00
Empenhado ate o Periodo. =		1.100,00
Liquidado ate o Periodo. =		0,00
Pago ate o Periodo.....	=	0,00
A Pagar Processado.....	=	0,00
A Pagar nao Processado..	=	1.100,00
Total a Pagar.....	=	1.100,00
Saldo Bloqueado.....	=	0,00
Saldo Reservado.....	=	0,00
Saldo Disponivel.....	=	18.900,00

FONTE: GOVBR - Execucao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 19/jan/2022, 11h e 49m.

Prefeitura Municipal de Ubirata

000008

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta..... =	81	Credito Orcamentario	1 Ordinario
Orgao..... =	03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
Unidade Orcamentaria.. =	03.02	Divisao de Servicos Auxiliares	
Funcional..... =	041220002	Administracao	
Projeto/Atividade..... =	2006000	Manutencao das atividades de servicos auxiliares	
Natureza da Despesa... =	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte de Recursos..... =	0	Recursos livres	

Saldos de 01/01/2022 ate 19/01/2022

Dotacao Inicial..... =	5.000,00
Credito Suplementar..... =	0,00
Reducao Orcamentaria.... =	0,00
Empenhado no Periodo.... =	0,00
Liquidado no Periodo.... =	0,00
Anulado no Periodo..... =	0,00
Pago no Periodo..... =	0,00
Empenhado ate o Periodo. =	0,00
Liquidado ate o Periodo. =	0,00
Pago ate o Periodo..... =	0,00
A Pagar Processado..... =	0,00
A Pagar nao Processado.. =	0,00
Total a Pagar..... =	0,00
Saldo Bloqueado..... =	0,00
Saldo Reservado..... =	0,00
Saldo Disponivel..... =	5.000,00

FONTE: GOVBR - Execucao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 19/Jan/2022, 11h e 49m.



Prefeitura Municipal de Ubirata

000009

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta.....	=	205	Credito Orcamentario	1 Ordinario
Orgao.....	=	05	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
Unidade Orcamentaria..	=	05.01	Divisao de Administracao Escolar	
Funcional.....	=	121220007	Educacao	
Projeto/Atividade....	=	2023000	Manutencao das atividades de administracao escolar	
Natureza da Despesa...	=	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte de Recursos.....	=	0	Recursos livres	

Saldos de 01/01/2022 ate 19/01/2022

Dotacao Inicial.....	=	5.000,00
Credito Suplementar....	=	0,00
Reducao Orcamentaria...	=	0,00
Empenhado no Periodo....	=	0,00
Liquidado no Periodo....	=	0,00
Anulado no Periodo.....	=	0,00
Pago no Periodo.....	=	0,00
Empenhado ate o Periodo. =		0,00
Liquidado ate o Periodo. =		0,00
Pago ate o Periodo.....	=	0,00
A Pagar Processado.....	=	0,00
A Pagar nao Processado..	=	0,00
Total a Pagar.....	=	0,00
Saldo Bloqueado.....	=	0,00
Saldo Reservado.....	=	0,00
Saldo Disponivel.....	=	5.000,00

FONTE: GOVBR - Execução Orcamentaria e Contabilidade Publica, 19/Jan/2022, 11h e 50m.

Prefeitura Municipal de Ubirata

000010

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta.....	=	244	Credito Orcamentario	1 Ordinario
Orgao.....	=	05	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
Unidade Orcamentaria..	=	05.02	Divisao do Ensino Fundamental	
Funcional.....	=	123610007	Educacao	
Projeto/Atividade....	=	2024000	Manutencao das atividades de ensino fundamental	
Natureza da Despesa...	=	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte de Recursos.....	=	0	Recursos livres	

Saldos de 01/01/2022 ate 19/01/2022

Dotacao Inicial.....	=	10.000,00
Credito Suplementar....	=	0,00
Reducao Orcamentaria....	=	0,00
Empenhado no Período....	=	0,00
Liquidado no Período....	=	0,00
Anulado no Período.....	=	0,00
Pago no Período.....	=	0,00
Empenhado ate o Período.	=	0,00
Liquidado ate o Período.	=	0,00
Pago ate o Período.....	=	0,00
A Pagar Processado.....	=	0,00
A Pagar nao Processado..	=	0,00
Total a Pagar.....	=	0,00
Saldo Bloqueado.....	=	0,00
Saldo Reservado.....	=	0,00
Saldo Disponivel.....	=	10.000,00

FONTE: GOVBR - Execução Orcamentaria e Contabilidade Publica, 19/jan/2022, 11h e 50m.

000011

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta..... =	308	Credito Orcamentario	1 Ordinario
Orgao..... =	05	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
Unidade Orcamentaria.. =	05.03	Divisao de Ensino Infantil	
Funcional..... =	123060007	Educacao	
Projeto/Atividade.... =	2039000	Manutencao das atividades de nutricao Pre-escola	
Natureza da Despesa... =	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte de Recursos..... =	0	Recursos livres	

Saldos de 01/01/2022 ate 19/01/2022

Dotacao Inicial..... =	5.000,00
Credito Suplementar..... =	0,00
Reducao Orcamentaria.... =	0,00
Empenhado no Periodo.... =	0,00
Liquidado no Periodo.... =	0,00
Anulado no Periodo..... =	0,00
Pago no Periodo..... =	0,00
Empenhado ate o Periodo. =	0,00
Liquidado ate o Periodo. =	0,00
Pago ate o Periodo..... =	0,00
A Pagar Processado..... =	0,00
A Pagar nao Processado.. =	0,00
Total a Pagar..... =	0,00
Saldo Bloqueado..... =	0,00
Saldo Reservado..... =	0,00
Saldo Disponivel..... =	5.000,00

FONTE: GOVBR - Execucao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 19/Jan/2022, 11h e 50m.

Prefeitura Municipal de Ubirata

0000128

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta..... =	622	Credito Orcamentario	2 vinculado
Orgao..... =	06	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade Orcamentaria.. =	06.04	Divisao de Saude Bucal	
Funcional..... =	103010006	Saude	
Projeto/Atividade.... =	2057000	Manutencao das atividades de saude bucal	
Natureza da Despesa... =	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte de Recursos..... =	494	FMS - SUS CUSTEIO	

Saldos de 01/01/2022 ate 19/01/2022

Dotacao Inicial..... =	20.000,00
Credito Suplementar..... =	0,00
Reducao Orcamentaria.... =	0,00
Empenhado no Período.... =	1.115,00
Liquidado no Período.... =	0,00
Anulado no Período..... =	0,00
Pago no Período..... =	0,00
Empenhado ate o Período. =	1.115,00
Liquidado ate o Período. =	0,00
Pago ate o Período..... =	0,00
A Pagar Processado..... =	0,00
A Pagar nao Processado.. =	1.115,00
Total a Pagar..... =	1.115,00
Saldo Bloqueado..... =	0,00
Saldo Reservado..... =	0,00
Saldo Disponivel..... =	18.885,00

FONTE: GOVBR - Execução Orcamentaria e Contabilidade Publica, 19/Jan/2022, 11h e 51m.

Prefeitura Municipal de Ubirata

000013

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta.....	=	645	Credito Orcamentario	2 Vinculado
Orgao.....	=	06	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade Orcamentaria..	=	06.05	Divisao da Atencao Basica da Saude	
Funcional.....	=	103010006	Saude	
Projeto/Atividade....	=	2059000	Manutencao das atividades de atencao basica	
Natureza da Despesa...	=	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte de Recursos.....	=	494	FMS - SUS CUSTEIO	

Saldos de 01/01/2022 ate 19/01/2022

Dotacao Inicial.....	=	200.000,00
Credito Suplementar....	=	0,00
Reducao Orcamentaria....	=	0,00
Empenhado no Período....	=	26.075,96
Liquidado no Período....	=	0,00
Anulado no Período.....	=	0,00
Pago no Período.....	=	0,00
Empenhado ate o Período.	=	26.075,96
Liquidado ate o Período.	=	0,00
Pago ate o Período.....	=	0,00
A Pagar Processado.....	=	0,00
A Pagar nao Processado..	=	26.075,96
Total a Pagar.....	=	26.075,96
Saldo Bloqueado.....	=	0,00
Saldo Reservado.....	=	0,00
Saldo Disponível.....	=	173.924,04

FONTE: GOVBR - Execução Orcamentaria e Contabilidade Publica, 19/Jan/2022, 11h e 51m.



Prefeitura Municipal de Ubirata

000014

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta.....	= 810	Credito Orcamentario	1 Ordinario
Orgao.....	= 07	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
Unidade Orcamentaria..	= 07.01	Divisao de Esportes	
Funcional.....	= 278120005	Desporto e Lazer	
Projeto/Atividade.....	= 2064000	Manutencao das atividades da divisao de esporte	
Natureza da Despesa...	= 3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte de Recursos.....	= 0	Recursos livres	

Saldos de 01/01/2022 ate 19/01/2022

Dotacao Inicial.....	=	30.000,00
Credito Suplementar.....	=	0,00
Reducao Orcamentaria....	=	0,00
Empenhado no Periodo....	=	27.313,00
Liquidado no Periodo....	=	2.066,00
Anulado no Periodo.....	=	0,00
Pago no Periodo.....	=	0,00
Empenhado ate o Periodo. =		27.313,00
Liquidado ate o Periodo. =		2.066,00
Pago ate o Periodo.....	=	0,00
A Pagar Processado.....	=	2.066,00
A Pagar nao Processado..	=	25.247,00
Total a Pagar.....	=	27.313,00
Saldo Bloqueado.....	=	0,00
Saldo Reservado.....	=	0,00
Saldo Disponivel.....	=	2.687,00

FONTE: GOVBR - Execucao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 19/Jan/2022, 11h e 51m.

Prefeitura Municipal de Ubirata

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta..... = 849 Credito Orcamentario 1 Ordinario  
Orgao..... = 09 SECRETARIA DE VIACAO E SERVICOS RURAIS  
Unidade Orcamentaria.. = 09.01 Divisao de Servicos Rodoviaros  
Funcional..... = 267820015 Transporte  
Projeto/Atividade..... = 2071000 Manutencao dos servicos administrativos rodoviaros  
Natureza da Despesa... = 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO  
Fonte de Recursos..... = 0 Recursos livres

Saldos de 01/01/2022 ate 19/01/2022

Dotacao Inicial..... =	30.000,00
Credito Suplementar..... =	0,00
Reducao Orcamentaria.... =	0,00
Empenhado no Período.... =	4.600,60
Liquidado no Período.... =	0,00
Anulado no Período..... =	0,00
Pago no Período..... =	0,00
Empenhado ate o Período. =	4.600,60
Liquidado ate o Período. =	0,00
Pago ate o Período..... =	0,00
A Pagar Processado..... =	0,00
A Pagar nao Processado.. =	4.600,60
Total a Pagar..... =	4.600,60
Saldo Bloqueado..... =	0,00
Saldo Reservado..... =	0,00
Saldo Disponível..... =	25.399,40

FONTE: GOVBR - Execução Orcamentaria e Contabilidade Publica, 19/Jan/2022, 11h e 51m.

Prefeitura Municipal de Ubirata

000016

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta..... =	906	Credito Orcamentario	1 Ordinário
Orgao..... =	10	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS E PAVIM.	
Unidade Orcamentaria.. =	10.01	Divisao de Servicos Urbanos	
Funcional..... =	154520010	Urbanismo	
Projeto/Atividade.... =	2075000	Manutencao das atividades de administracao dos servicos urbanos	
Natureza da Despesa... =	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte de Recursos.... =	0	Recursos livres	

Saldos de 01/01/2022 ate 19/01/2022

Dotacao Inicial..... =	200.000,00
Credito Suplementar.... =	0,00
Reducao Orcamentaria.... =	0,00
Empenhado no Período.... =	11.113,44
Liquidado no Período.... =	8.501,06
Anulado no Período..... =	0,00
Pago no Período..... =	0,00
Empenhado ate o Período. =	11.113,44
Liquidado ate o Período. =	8.501,06
Pago ate o Período..... =	0,00
A Pagar Processado..... =	8.501,06
A Pagar não Processado.. =	2.612,38
Total a Pagar..... =	11.113,44
Saldo Bloqueado..... =	0,00
Saldo Reservado..... =	0,00
Saldo Disponível..... =	188.886,56

FONTE: GOVBR - Execucao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 19/Jan/2022, 11h e 52m.

Prefeitura Municipal de Ubirata

0000178

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta..... = 922	Credito Orcamentario	1 Ordinário
Orgao..... = 10	SECRETARIA DE SERVICOS URBANOS E PAVIM.	
Unidade Orcamentaria.. = 10.02	Divisao de Pavimentacao	
Funcional..... = 154510011	Urbanismo	
Projeto/Atividade.... = 2082000	Manutencao das atividades de pavimentacao asfaltica	
Natureza da Despesa... = 3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte de Recursos.... = 0	Recursos livres	

Saldos de 01/01/2022 ate 19/01/2022

Dotacao Inicial..... =	500.000,00
Credito Suplementar.... =	0,00
Reducao Orcamentaria... =	0,00
Empenhado no Período.... =	1.500,00
Liquidado no Período.... =	0,00
Anulado no Período..... =	0,00
Pago no Período..... =	0,00
Empenhado ate o Período. =	1.500,00
Liquidado ate o Período. =	0,00
Pago ate o Período..... =	0,00
A Pagar Processado..... =	0,00
A Pagar nao Processado.. =	1.500,00
Total a Pagar..... =	1.500,00
Saldo Bloqueado..... =	0,00
Saldo Reservado..... =	0,00
Saldo Disponivel..... =	498.500,00

FONTE: GOVBR - Execucao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 19/Jan/2022, 11h e 52m.

Prefeitura Municipal de Ubirata

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta.....	=	1196	Credito Orcamentario	1 Ordinario
Orgao.....	=	12	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
Unidade Orcamentaria..	=	12.01	Divisao da Industria, Comercio e Servico	
Funcional.....	=	041220014	Administracao	
Projeto/Atividade.....	=	2092000	Manutencao da rodoviaria municipal	
Natureza da Despesa...	=	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte de Recursos.....	=	0	Recursos livres	

Saldos de 01/01/2022 ate 19/01/2022

Dotacao Inicial.....	=	10.000,00
Credito Suplementar....	=	0,00
Reducao Orcamentaria....	=	0,00
Empenhado no Periodo....	=	0,00
Liquidado no Periodo....	=	0,00
Anulado no Periodo.....	=	0,00
Pago no Periodo.....	=	0,00
Empenhado ate o Periodo..	=	0,00
Liquidado ate o Periodo..	=	0,00
Pago ate o Periodo.....	=	0,00
A Pagar Processado.....	=	0,00
A Pagar nao Processado..	=	0,00
Total a Pagar.....	=	0,00
Saldo Bloqueado.....	=	0,00
Saldo Reservado.....	=	0,00
Saldo Disponivel.....	=	10.000,00

FONTE: GOVBR - Execuciao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 19/Jan/2022, 11h e 52m.



Prefeitura Municipal de Ubirata

20219

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta..... = 1124	Credito Orcamentario	1 Ordinario
Orgao..... = 16	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Unidade Orcamentaria.. = 16.01	Divisao de Desenvolvimento Social	
Funcional..... = 082430004	Assistencia Social	
Projeto/Atividade..... = 2098000	Manutencao das atividades da divisao de desenvolvimento social	
Natureza da Despesa... = 3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte de Recursos..... = 0	Recursos livres	

Saldos de 01/01/2022 ate 19/01/2022

Dotacao Inicial..... =	100.000,00
Credito Suplementar.... =	0,00
Reducao Orcamentaria... =	0,00
Empenhado no Periodo.... =	1.028,00
Liquidado no Periodo.... =	0,00
Anulado no Periodo..... =	0,00
Pago no Periodo..... =	0,00
Empenhado ate o Periodo. =	1.028,00
Liquidado ate o Periodo. =	0,00
Pago ate o Periodo..... =	0,00
A Pagar Processado..... =	0,00
A Pagar nao Processado.. =	1.028,00
Total a Pagar..... =	1.028,00
Saldo Bloqueado..... =	0,00
Saldo Reservado..... =	0,00
Saldo Disponivel..... =	98.972,00

FONTE: GOVBR - Execucao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 19/Jan/2022, 11h e 52m.

DOTACAO INICIAL  
CREDITO SUPLEMENTAR  
REDUCAO ORCAMENTARIA  
EMPENHADO NO PERIODO  
LIQUIDADO NO PERIODO  
ANULADO NO PERIODO  
PAGO NO PERIODO  
EMPENHADO ATÉ O PERIODO  
LIQUIDADO ATÉ O PERIODO  
PAGO ATÉ O PERIODO  
A PAGAR PROCESSADO  
A PAGAR NÃO PROCESSADO  
TOTAL A PAGAR  
SALDO BLOQUEADO  
SALDO RESERVADO  
SALDO DISPONÍVEL

EXECUCAO  
TOTAL DA EXECUCAO  
TOTAL DA DOTACAO  
TOTAL DO CANCELAMENTO  
TOTAL DO EMPENHO  
TOTAL DO LIQUIDADO  
TOTAL DO PAGAMENTO  
TOTAL DO CANCELAMENTO  
TOTAL DO EMPENHO  
TOTAL DO LIQUIDADO  
TOTAL DO PAGAMENTO

**UBIRATÃ**

PREFEITURA



000020

## **PESQUISA DE MERCADO**

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

PLANILHA DE VALORES

FORNECEDOR 01:  
 RAZÃO SOCIAL: LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA - EPP  
 CNPJ: 82.658.618/0001-08

FORNECEDOR 02:  
 RAZÃO SOCIAL: FURUSATO & FURUSATO LTDA - EPP/FURUSATO GÁS  
 CNPJ: 06.280.631/0001-98

FORNECEDOR 03:  
 RAZÃO SOCIAL: CENTRO GÁS  
 CNPJ: 25.052.466/0001-61

				FORNECEDOR				VALOR	
				1	2	3		UNIT. FINAL	TOTAL FINAL
CÓD.	LOTE	ITEM	QTD	UNID. MED.	DESCRIÇÃO (AQUISIÇÃO)	V. UNIT.	V. UNIT	CRITÉRIO	
2539	1	1	580	UNI.	Carga de gás GLP de 13 kg	R\$ 130,00	R\$ 110,00	MÉDIA	R\$ 116,67
2540	1	2	200	UNI.	Carga de gás GLP de 45 kg	R\$ 495,90	R\$ 380,00	MÉDIA	R\$ 423,63
32990	2	1	12	UNI.	Casco de gás vazio de 13 kg	R\$ 250,00	R\$ 200,00	MÉDIA	R\$ 233,33
								TOTAL GERAL	R\$ 155.194,56

Ubiratã, 05 de janeiro de 2022.

SERVIDOR RESPONSÁVEL

000021 06:18

6-18

6-18

000022

**RAZÃO SOCIAL: FURUSATO & FURUSATO LTDA – EPP/FURUSATO GÁS****CNPJ: 06.280.631/0001-98****ENDEREÇO: RUA JOSÉ GOMES PAULINO FILHO****TELEFONE: 3543-1072**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO - RECARGA DE BOTIJÕES	QTD	UN	V. UNIT	MARCA
1	1	Carga de gás GLP de 13 kg	580	UN	110,00	R\$63.800,00
1	2	Carga de gás GLP de 45 kg	200	UN	380,00	R\$76.000,00

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO - AQUISIÇÃO DE BOTIJÕES	QTD	UN	V. UNIT	MARCA
2	1	Casco de gás vazio de 13 kg	12	UN	200,00	R\$2.400,00

Declaro que o orçamento foi realizado via telefone com o fornecedor em 04 de janeiro de 2022, às 8:58 horas, sendo que os preços foram informados pelo (a) senhor (a) Fabiana.

Servidor Responsável pelo Orçamento

000023

**RAZÃO SOCIAL: CENTRO GÁS****CNPJ:25.052.466/0001-61****ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL,667****TELEFONE:3543-2347**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO - RECARGA DE BOTIJÕES	QTD	UN	V. UNIT	MARCA
1	1	Carga de gás GLP de 13 kg	580	UN	110,00	R\$ 63.800,00
1	2	Carga de gás GLP de 45 kg	200	UN	395,00	R\$ 79.000,00

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO - AQUISIÇÃO DE BOTIJÕES	QTD	UN	V. UNIT	MARCA
2	1	Casco de gás vazio de 13 kg	12	UN	250,00	R\$ 3.000,00

Declaro que o orçamento foi realizado via telefone com o fornecedor em 04 de janeiro de 2021, às 08:51 horas, sendo que os preços foram informados pelo (a) senhor (a) Adão.

Servidor Responsável pelo Orçamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBITATÁ/PR

Fornecedora- LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA  
CNPJ: 82.658.618/0001-08 Inc. Estadual 42.609.215-97  
Via do Trabalhador, 321. Parque Industrial Augusto Tezelli Filho.  
Campo Mourão/PR – CEP 87.306-620 Tel. (44) 3525-3131

DADOS DA EMPRESA	
RAZÃO SOCIAL: LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA.	
CNPJ: 82.658.618/0001-08	
ENDEREÇO: Rua Via do Trabalhador, nº 321. Parque Industrial Augusto Tezelli Filho.	
TELEFONE: 44- 35253131	
E-MAIL: liquialves@hotmail.com	

ITENS

LOTE 01 – RECARGAS DE BOTIJOES

Item	Qtd	Un	Descrição	Distribuidora	Valor Unit	V. Total
1	-	UN	Carga de gás GLP de 13 kg	LIQUIGAS	130,00	R\$ 130,00
2	-	UN	Carga de gás GLP de 45 kg	LIQUIGAS	495,90	R\$ 495,90

LOTE 02 – AQUISIÇÃO DE BOTIJOES

Item	Qtd	Un	Descrição	Distribuidora	Valor Unit	V. Total
1	-	UN	Casco de gás de 13 kg (vazio)	LIQUIGAS	250,00	R\$ 250,00
2	-	UN	Casco para gás de 45 kg (vazio)	LIQUIGAS	1.200,00	R\$ 1.200,00

Campo Mourão/PR, 04 de Janeiro de 2022.

Proposta valida 60 dias.

*Patricia Alvares Silva*

LIQUI ALVES COM. E TRANSPORTE DE GÁS LTDA.

CNPJ 82.658.618/0001-08

82658618/0001-08  
42209615-97

LIQUI ALVES COM. E TRANSPORTE DE GÁS LTDA.

**Assunto:** COTAÇÃO DE PREÇO - LIQUI ALVES

**De:** "LIQUI ALVES COMER. TRASP." <liquialves@hotmail.com>

**Data:** 04/01/2022 09:41

**Para:** Compras <compras@ubirata.pr.gov.br>

000025

Bom dia,

Segue em anexo a cotação de preço para abertura de pregão presencial.

Obrigada, a disposição.

Atenciosamente,

Patrícia Alves da Silva.



Liqui Alves Comércio E Transp. de Gás Ltda.  
(44) 3523-3131 - Campo Mourão-PR

— 04-01-2022.jpg —



LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA.  
CNPJ 82.658.618/0001-08 – Fone: (44) 3525-3131  
Via do Trabalhador, 321. Parque Industrial I  
Campo Mourão/PR – CEP 87.306-620

**ORÇAMENTO****PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIATÁ/PR**

Fornecedora- LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA  
CNPJ: 82.658.618/0001-08 Inc. Estadual 42.609.215-97  
Via do Trabalhador, 321. Parque Industrial Augusto Tezelli Filho.  
Campo Mourão/PR – CEP 87.306-620 Tel. (44) 3525-3131

DADOS DA EMPRESA						
RAZÃO SOCIAL: LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA.						
CNPJ: 82.658.618/0001-08						
ENDEREÇO: Rua Via do Trabalhador, nº 321. Parque Industrial Augusto Tezelli Filho.						
TELEFONE: 44- 35253131						
E-MAIL: liquialves@hotmail.com						
ITENS						
LOTE 01 – RECARGAS DE BOTIÕES						
Item	Qtd	Un	Descrição	Distribuidora	Valor Unit	V. Total
1	-	UN	Carga de gás GLP de 13 kg	LIQUIGAS	130,00	R\$ 130,00
2	-	UN	Carga de gás GLP de 45 kg	LIQUIGAS	495,90	R\$ 495,90
LOTE 02 – AQUISIÇÃO DE BOTIÕES						
Item	Qtd	Un	Descrição	Distribuidora	Valor Unit	V. Total
1	-	UN	Casco de gás de 13 kg (vazio)	LIQUIGAS	250,00	R\$ 250,00
2	-	UN	Casco para gás de 45 kg (vazio)	LIQUIGAS	1.200,00	R\$ 1.200,00

Campo Mourão/PR, 04 de Janeiro de 2022.

Proposta valida 60 dias.

*Patúcia Almeida Silva*  
LIQUI ALVES COM. E TRANSPORTE DE GÁS LTDA.  
CNPJ 82.658.618/0001-08

82658618/0001-08  
42209615-97

Liqui Alves Comércio e Transportes  
de Gás Ltda.

RUA VIA DO TRABALHADOR, 321  
PQ. INDUSTRIAL - CEP 87306-620  
CAMPO MOURÃO - PR

04-01-2022.jpg

554KB

000027

**UBIRATÃ**

PREFEITURA



73728

## PARECER JURÍDICO

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

## **Divisão de Licitação**

000129

**De:** "Divisão de Licitação" <licitacao@ubirata.pr.gov.br>

**Data:** segunda-feira, 24 de janeiro de 2022 08:13

**Para:** <assessoriajuridica@ubirata.pr.gov.br>

**Anexar:** EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS.docx; PEDIDO.pdf

**Assunto:** SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO - PREGÃO ELETRÔNICO - PEDIDO 01/2022

Venho através deste, solicitar parecer jurídico referente a legalidade do ato, prazo, modalidade, motivação dentre outros, de acordo com a solicitação de licitação nº 01/2022 (em anexo). A sugestão que entendo ser mais adequada para a contratação é o pregão na forma eletrônica, por conforme Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 11, de 12 de fevereiro de 2020 .

Segue anexo minuta do edital e ata de registro de preços para análise, de acordo com o apresentado no requerimento.

Atenciosamente,

Divisão de Licitação

24/01/2022



UBIRATÃ

PREFEITURA



000030

## PARECER JURÍDICO

Trata-se de um parecer jurídico referente a requisição de licitação nº 1/2022, consistente na possibilidade de abertura de procedimento licitatório na modalidade de pregão eletrônico para a aquisição recargas e botijões de gás destinados ao município.

Justifica-se: "A contratação do objeto em questão tem por finalidade garantir o funcionamento das atividades diárias na cozinha das unidades de saúde e dos programas assistenciais, nas escolas municipais e nos centros de educação infantil da rede municipal de ensino para preparo da merenda escolar e nas demais secretarias do município para proporcionar condições para o preparo de refeições visando atender as equipes de trabalho e usuários dos serviços públicos. Nas demais copas, em sua maioria é preparado somente café para os servidores e usuários que se utilizam das dependências da prefeitura e demais locais de atendimento aos usuários do serviço público. 2.2. A necessidade do prazo de uma hora para a entrega da recarga de gás se dá, pois o município não dispõe de estoque de cilindros nas suas unidades, nas Escolas e Creches é ofertada merenda, na Casa Lar o alimento é preparado diariamente, no Restaurante Popular é feita refeição para as famílias de baixa renda, sendo assim é necessário à entrega pontual, dentro do prazo estabelecido, afim de não haver falta de alimento para atender tais unidades. "

Desde logo, cumpre destacar que ao Assessor Jurídico não cabe analisar o mérito da contratação, o qual pertence exclusivamente aos ordenadores de despesas. Entretanto, incumbe a este profissional verificar o cumprimento das normas e princípios que regem a atividade da Administração Pública e, especialmente, avaliar as minutas de edital de licitação e do respectivo contrato, na forma do artigo 38, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, quanto aos aspectos jurídicos envolvidos, alertando os gestores quanto aos possíveis riscos de suas condutas.

Nesta esteira, cabe analisar a modalidade licitatória, apontando-se que é admitida e indicada a realização de pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, "cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado" (art. 1º, parágrafo único, Lei n.º 10.520/2002).

Conforme Marçal Justen Filho:

1. 11  
2. 05  
3. 15  
4. 15  
5. 15  
6. 15  
7. 15  
8. 15  
9. 15  
10. 15

W

000031

# UBIRATÃ

PREFEITURA



[...] há casos em que a Administração necessita de bens que estão disponíveis no mercado, configurados em termos mais ou menos variáveis. São hipóteses em que é público o domínio das técnicas para a produção do objeto e seu fornecimento ao adquirente (inclusive à Administração), de tal modo que não existe dificuldade em localizar um universo de fornecedores em condições de satisfazer plenamente o interesse público. Em outros casos, o objeto deverá ser produzido sob encomenda ou adequado às configurações de um caso concreto. (g. n.)

O pregão eletrônico é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço.

Cumpre salientar que papel do órgão jurídico é o de verificar o preenchimento dos pressupostos legais, decorrentes da interpretação das normas pela doutrina e jurisprudência. Nesta seara, consta do processo a indicação para a realização do pregão eletrônico. Foram observados os requisitos do art. 3º, I, da Lei 10.520/02, bem como, o ato administrativo segue as diretrizes do art. 50, da Lei n.º 9.784/99.

O tipo menor preço, único admissível na modalidade pregão eletrônico, é adequado, considerando que não foram observadas características especiais que demandariam a análise da melhor técnica nas propostas a serem apresentadas.

Cabe advertir que a descrição do objeto, como preconiza o mesmo art. 3º, em seu inciso II, deve ser precisa, suficiente e clara, destacando-se que devem ser evitadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias (art. 3º, II), primando-se por certa padronização nos descritivos dos itens, de modo que sua definição seja interpretada de forma inequívoca pelos participantes do processo licitatório.

Convém salientar que a análise da adequação desta descrição escapa à matéria de conhecimento do profissional da área jurídica, a quem cabe apontar à autoridade solicitante quais as cautelas recomendáveis para garantir a higidez do certame, com o cumprimento das normas aplicáveis, no entanto, aparentemente, não existem defeitos grosseiros, capazes de ser constatados por este profissional.

W

000032

# UBIRATÃ

PREFEITURA



No demais, em virtude da aparente regularidade da fase preparatória, sopesando-se o princípio da boa-fé, da presunção de legitimidade dos atos administrativos e limitando-se à análise dos elementos devidamente expostos nos autos, entende-se que o procedimento e a modalidade são adequados.

Em análise ao caderno processual, observa-se que o edital seguiu as cautelas elencadas pela Lei 10.520/2002 e Lei Federal n.º 8.666/93, possuindo o número de ordem em série, a indicação do nome da repartição interessada, a indicação da modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, bem como o indicativo expresso da regência do certame, nos termos da Lei de Licitações, com o designativo do local, dia e hora para o recebimento dos envelopes documentação e proposta, bem como o horário para o início da abertura dos envelopes.

Em suma, entendemos que estão presentes as informações e cláusulas pertinentes elencadas como essenciais pela Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 40 e incisos, e na Lei n.º 10.520/2002, inexistindo condições que tipifiquem preferências ou discriminações. Em análise jurídica não foram detectadas irregularidades ou contrariedade à legislação pertinente.


Deste modo, com relação à minuta do edital, termo de referência e seus anexos trazidos à colação para análise, tem-se que os mesmos estão de acordo com os dispositivos legais pertinentes, razão pela qual não há óbice ao prosseguimento do certame licitatório.

No demais, em virtude da aparente regularidade da fase preparatória, sopesando-se o princípio da boa-fé, da presunção de legitimidade dos atos administrativos e limitando-se à análise dos elementos devidamente expostos nos autos, e ainda, analisando a minuta do edital, entende-se que o procedimento e a modalidade são adequados.

Por todo o exposto, entende esta Assessoria Jurídica que, o procedimento encontra-se de acordo com a lei federal n.º 8.666/93 e lei 10.520/2002, razões pela qual, diante das justificativas, opino pela sequência do procedimento na modalidade Pregão, na forma Eletrônica.

É o parecer.

Ubiratã, 24 de janeiro de 2022.

  
**Carlos Daniel Sobierai Machado**  
**Assessor Jurídico**  
**OAB/PR 65.323**

**UBIRATÃ**

PREFEITURA



000033

## PORTARIAS

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



000034

# UBIRATÃ

PREFEITURA



## PORTARIA Nº 5, DE 3 DE JANEIRO DE 2022

Designa gestores dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubatuba, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e considerando:

O disposto nos arts. 58, 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993, que impõem à administração o dever de fiscalização e recebimento formal e adequado dos objetos contratuais;

A necessidade do acompanhamento da qualidade, economia e minimização de riscos na execução contratual;

A necessidade de a administração pública adotar as cautelas necessárias para evitar o recebimento de bens, produtos e serviços que não atendam às necessidades do município ou estejam em desacordo com o licitado; e

Que o município deve acompanhar a efetivação dos serviços contratados assim como o recebimento dos bens e produtos adquiridos para garantir a adequação às exigências legais, contratuais e técnicas dentro de um determinado setor,

### RESOLVE:

**Art. 1º** Designar os servidores abaixo relacionados, para, no uso de suas atribuições, atuarem em seu respectivo órgão como gestores dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubatuba, pelo período de 03.01.2022 a 31.12.2022:

Gabinete do Prefeito  
**Geraldo José dos Santos**

Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
**Laércio França de Oliveira**

Secretaria da Administração  
**Maria Inês Bento**

Secretaria de S. Urbanos e Pavimentação  
**Ronaldo Felipe Maciel**

Secretaria da Assistência Social  
**Claudineia de Souza Lazaretti**

Secretaria de Viação e Serviços Rurais  
**Luiz Antônio Marafon**

Secretaria da Saúde  
**Orlando Francisco Vieira Filho**

Secretaria do Esporte e Lazer  
**Sullivan José Mohanna Rocha**

Secretaria das Finanças e Planejamento  
**Valdinei da Silva**

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



## §1º São atribuições do Gestor de Contratos:

I - indicação do regime de execução e vigência do contrato, obrigações do município e da contratada, condições de pagamento, entre outras, durante a fase de elaboração do Termo de Referência do Edital;

II - controle geral de contratos;

III - conferência e aprovação de notas fiscais e recibos;

IV - análise da viabilidade, legalidade para recomendação à autoridade superior de concessão de reajustes e revisão de preços;

V - formalização de pedidos de termos aditivos para autorização da autoridade superior;

VI - formalização de pedidos de abertura de processo administrativo para notificação, análise e recomendação à autoridade superior para aplicação de sanções à contratada;

VII - apoiar e orientar os fiscais de contrato quanto às ocorrências registradas;

VIII - designar, nos casos de muitas divisões em seu órgão, os responsáveis de cada divisão para realizar o recebimento dos bens, produtos e serviços, orientando os responsáveis pelo recebimento e repassar a estes cópias dos contratos ou instrumento equivalente e demais informações pertinentes para o correto desenvolvimento de suas atividades; e

IX - demais obrigações decorrentes dos contratos firmados.

§2º Caberá ao Gestor designar servidores munidos de conhecimento prévio suficiente, para, no uso de suas atribuições, atuarem em seu respectivo órgão como fiscais dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubatuba, os quais terão as seguintes atribuições:

I - realizar o recebimento dos bens, produtos e serviços;

II - conhecer detalhadamente o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis, especialmente os responsáveis pelo recebimento, objetivando o fiel cumprimento do contrato;

III - conhecer a descrição dos serviços a serem executados (prazos, locais, material a ser empregado) e dos bens e produtos a serem adquiridos (marca, prazos e locais de entrega);

IV - solicitar, quando for o caso, que os serviços sejam refeitos e os produtos sejam substituídos quando apresentarem vícios, imperfeições ou incompatibilidade com disposto em contrato ou instrumento equivalente;

V - estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Gestor do Contrato às ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do serviço ou em relação a terceiros;

VI - anotar em livro de ocorrências todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

VII - responsabilizar-se pelo primeiro contato com a contratada nos casos de atraso na execução do contrato, devendo o mesmo ser efetuado através de notificação por escrito, de modo a se confirmar o recebimento;

VIII - comunicar ao Gestor do Contrato eventuais atrasos nos prazos de entrega ou execução do objeto, para que se proceda ao disposto no §1º inciso VI do artigo anterior;

*bela, amada e gentil*





IX - sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;

X - zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

XI - controlar os contratos quanto ao saldo e vigência dos mesmos, verificando a necessidade de aditivos ou novas licitações;

XII - monitorar os preços dos itens quanto à elevação ou redução providenciando os documentos e orçamentos necessários à readequação de acordo com o valor de mercado e encaminhando Solicitação de Revisão de Preços à Divisão de Licitação;

XIII - encaminhar Solicitação de Aditivo Contratual devidamente assinado pelo Gestor com justificativa e orçamentos que comprovem a viabilidade do aditamento;

XIV - planejar, organizar, estimar, orçar e encaminhar solicitações de licitações à Divisão de Licitação contendo especificações detalhadas de cada item, prazos e condições de entrega ou execução, dotação orçamentária apropriada e assinatura do secretário;

XV - acompanhar e atender prontamente os responsáveis pelo recebimento, acatando e registrando suas ocorrências, assim como dirimi-las junto aos fornecedores, ou solicitar providências ao Gestor do Contrato; e

XVI - acompanhar a Comissão de Fiscalização dos órgãos municipais e promover as adequações observadas por ela.

**Art. 2º** Os fiscais serão designados em cada instrumento contratual conforme indicação prévia do Gestor.

**Art. 3º** Os gestores e fiscais desempenharão suas funções concomitantemente com as atribuições de seus cargos ou funções.

**Art. 4º** Os fiscais indicados poderão, conforme solicitação prévia, serem designados para atuar em órgãos que não sejam o da sua lotação, desde que o objeto da contratação seja pertinente com a sua atuação.

**Art. 5º** A substituição de algum membro se dará mediante desligamento do serviço público, justificativa plausível ou inexecução de suas atribuições.

**Art. 6º** Fica revogada a Portaria nº 511, de 21 de dezembro de 2021.

**Art. 7º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

#### MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

O presente ato foi publicado no Jornal oficial Eletrônico do Município de Ubatuba, Edição nº 1493, do dia 03/01/22, e está disponível no site [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), menu Jornal Oficial Online.

Secretaria da Administração  
Divisão de Legislação

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



000037

**PORTARIA Nº 16, DE 10 DE JANEIRO DE 2022**

Designa pregoeiras e equipe de apoio, e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar as servidoras **Carla Baena Aguilar Melo**, ocupante do cargo de assistente de administração, e **Daniele da Costa Bartz Zem**, ocupante do cargo de Assessora II, lotadas na Secretaria da Administração, para assumirem a função de pregoeiras do Município de Ubatuba, nas licitações instauradas na modalidade Pregão, no período de 10/01/2022 a 31/12/2022.

**Art. 2º** Designar para integrarem equipe de apoio os servidores **Nicollas Marçal Piveta**, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Compras, CC 08, **Renan Felipe da Silva Lima**, ocupante do cargo de Assistente de Administração e **Elza de Oliveira Souza Lemes**, ocupante do cargo de Assessora II, lotados na Secretaria da Administração.

**Art. 3º** Caberá às Pregoeiras, em especial, conduzir a sessão pública; receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e seus anexos, mediante requerimento de subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos; verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital; coordenar a sessão pública e o envio de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

**Art. 4º** Os trabalhos dos servidores designados serão executados conforme as disposições constantes na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

**Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ – PR  
O presente ato foi publicado no Jornal Oficial Eletrônico do Município de Ubatuba, Edição nº 1497, do dia 10/01/22, e está disponível no site [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), no Jornal Oficial Online.  
Secretaria da Administração  
Divisão de Legislação

FABIO DE OLIVEIRA  
DALECIO:60076020959  
6020959

Assinado de forma digital por FABIO DE OLIVEIRA  
DALECIO:60076020959  
Dados: 2022.01.10 16:16:52 -03'00'

**FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO**

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

**UBIRATÃ**

PREFEITURA



000038

## EDITAL

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2022**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5529/2022**

**LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA**

**1. PREÂMBULO**

1.1. O Município de Ubatuba, pessoa jurídica de direito público, UASG 987933, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por intermédio do Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, torna pública a realização da Licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06, Lei Municipal nº 001/2012 e suas alterações, Decreto Municipal nº 11, de 12 de fevereiro de 2020 e subsidiariamente às exigências do presente edital.

1.2. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, conforme datas e horários definidos abaixo:

**1.2.1. DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: ATÉ ÀS 8H30MIN DO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2022**, horário de Brasília, Distrito Federal.

**1.2.2. DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: A PARTIR DAS 8H30MIN DO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2022**, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.3. Este edital e o termo de referência foram elaborados dentro dos moldes fornecidos pela secretaria requisitante.

**2. DO OBJETO**

2.1. A presente licitação visa à escolha da proposta mais vantajosa para **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS, DE RECARGAS E BOTIÕES DE GÁS DESTINADOS AO MUNICÍPIO**.

2.2. Havendo divergências entre as especificações dos itens deste edital com as constantes no Compras Governamentais, em especial quanto ao detalhamento do objeto licitado, prevalecerão as previstas em edital.

2.3. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas às exigências contidas neste edital e seus anexos quanto à especificação do objeto.

**3. DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL**

3.1. O valor máximo aceitável deste certame está fixado em R\$ 155.194,56 (Cento e cinquenta e cinco mil cento e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

3.2. Serão sumariamente desclassificadas as propostas que após a etapa de lances/negociação possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos estabelecidos pelo edital.



#### 4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0205	6243	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		466,68
0302	6245	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		3.500,05
0501	6263	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		9.333,60
0502	6266	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		37.084,80
0503	6284	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		39.202,95
0604	6317	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	4.083,45
0605	6321	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	5.483,43
0701	6343	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.166,70
0901	6350	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.633,37
1001	6355	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.800,08
1002	6357	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		4.200,12
1201	6378	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		466,68
1601	6390	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		45.772,65

#### 5. DA NÃO APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS DO ART. 48 DA LC Nº 123/06

5.1. A presente licitação estabelece a ampla concorrência uma vez que o valor do item de contratação supera o limite previsto no art. 48, inciso I da LC nº 123/06.

5.2. A ampla concorrência na presente licitação não exclui os benefícios de regularização fiscal e trabalhista tardia e empate ficto expressos nos arts. 43 e 44 da LC nº 123/06.

#### 6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer cidadão ou licitante poderá requisitar esclarecimentos ou impugnar este edital.

6.2. O pedido de esclarecimento ou impugnação poderá ser realizado por forma eletrônica, através do e-mail [licitacao@ubirata.pr.gov.br](mailto:licitacao@ubirata.pr.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço disposto no preâmbulo deste edital.

6.3. O pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimento ou à impugnação em até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, com base nos subsídios formais requisitados aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos.

6.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou impugnação será encaminhado via e-mail à requerente, divulgado no Compras Governamentais e disponibilizado no Portal da Transparência do Município, junto aos demais documentos do presente pregão.

6.5. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.



000041  
9

6.6. Os pedidos de esclarecimento ou impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7. Os casos excepcionais de concessão de efeito suspensivo serão motivados pelo pregoeiro, nos autos do processo da licitação.

## **7. DO CREDENCIAMENTO**

7.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.4. A Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **8. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

8.1. Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no SICAF.

8.1.1. As Licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.

8.2. Não poderão participar da presente licitação:

8.2.1. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

8.2.2. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o município de Ubatuba, conforme Art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;

8.2.3. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública com fulcro no Art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

*bela, amada e gentil*





00042

- 8.2.4. Que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;
- 8.2.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 8.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 8.3. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 8.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC nº 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 8.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do certame;
- 8.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC nº 123/06, mesmo que MEI/ME/EPP/COOP.
- 8.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
- 8.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 8.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 8.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- 8.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 8.3.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 8.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a Licitante às sanções previstas em lei e neste edital.



8.5. A declaração digital acima descrita substitui o envio de declaração assinada via sistema.

## 9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. As Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, até as **ATÉ ÀS 8H30MIN DO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2022**, horário de Brasília, Distrito Federal, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. Concomitantemente com a proposta, a Licitante deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos no edital.

9.3. As Licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no cadastro.

9.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.5. As Licitantes qualificadas como MEI/ME/EPP/COOP deverão apresentar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/06, sob pena de inabilitação.

9.6. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.7. Até a abertura da sessão pública, as Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da Licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. A Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações referentes à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.1.2. Valor unitário do item, com no máximo duas casas decimais;



000044

10.2. A Licitante poderá também encaminhar proposta nos termos do Anexo II do presente edital, em arquivo digital (pdf), dispensando, neste caso, o envio de proposta readequada ao último lance ofertado conforme estabelecido nos subitens 14.6 e 14.6.1 do presente edital.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta será de noventa dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. As Licitantes poderão cotar somente os itens que forem de seu interesse.

10.7. A proposta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.8. A apresentação da proposta implicará:

10.8.1. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este edital e seus anexos;

10.8.2. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais e, condições para execução dos serviços.

## **11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

11.1. A partir das **8H30MIN DO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2022**, horário de Brasília - DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.3. Cabe à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis, **apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento**, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.

11.4.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a Licitante.





000045

11.4.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.6.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, devendo o lance ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM.

A. As Licitantes deverão honrar o lance ofertado para a execução do quantitativo total do objeto, sob pena de aplicação das penalidades previstas em edital pelo não mantimento da proposta.

11.6.2. No caso de o lance da Licitante incidir em valor unitário com mais de duas casas após a vírgula, serão desconsiderados os demais valores, prevalecendo apenas duas casas decimais para fins de contratação.

A. Nesse caso, o valor arredondado será informado pelo pregoeiro no campo "valor negociado".

11.7. As Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

11.8. A Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$-1,00 (um real).

11.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA "ABERTO", em que as Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



- 11.10.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 11.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 11.12. Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da Licitante.
- 11.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 11.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 11.15. Caso a Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 11.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às MEI/ME/EPP/COOP participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/06, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 11.16.1. Nessas condições, as propostas de MEI/ME/EPP/COOP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 11.16.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 11.16.3. Caso a MEI/ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 11.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 11.17. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.



11.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta a Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

11.18.1. Nessa fase, a Licitante que tiver ofertado proposta ou lance superior ao máximo estabelecido pelo edital e não aceitar a negociação de preços será desclassificada para o item;

11.18.2. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a Licitante para que seja obtido um melhor preço.

11.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## 12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final da Licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de **duas horas** a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema Compras Governamentais, e deverá conter:

12.1.1. O número e a modalidade da presente licitação;

12.1.2. Razão social, endereço, telefone, e-mail e o CNPJ da proponente;

12.1.3. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela Licitante ou seu representante legal;

12.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da Licitante vencedora, para fins de pagamento;

12.1.5. Conter a indicação do preposto da Licitante, apto a representá-la na execução do Contrato;

12.1.6. Conter os preços unitários e totais dos itens, com duas casas decimais, readequados ao último lance ofertado;

12.2. O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação da Licitante convocada ou por decisão do pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

12.3. O modelo de proposta consta no Anexo II do presente edital.

12.4. A Licitante que abandonar o certame deixando de enviar a proposta quando convocada será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.5. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.6. O envio da proposta final poderá ser dispensado caso a Licitante já tenha encaminhado proposta inicial, em arquivo digital (pdf), nos moldes do Anexo II do presente edital, sendo que, neste caso, o valor





da proposta será automaticamente atualizado pelo lance final ofertado pela Licitante ou pelo valor negociado pelo pregoeiro, conforme registrado no Compras Governamentais.

12.6.1. A dispensa do envio da proposta final somente ocorrerá se o recurso financeiro da licitação não decorrer de transferência voluntária da União e será motivado pelo pregoeiro no chat, com fulcro nos princípios da celeridade e eficiência.

12.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

12.7.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra Licitante.

12.9. As propostas e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

### **13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

13.1. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto ao estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

13.2. Serão desclassificadas as propostas:

13.2.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

13.2.2. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

13.2.3. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

13.2.4. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

13.3. Também será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3.1. Considera-se inexequível a proposta que, não sendo possível aplicar o princípio da comparação objetiva das propostas, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



000049

13.3.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.3.4. O pregoeiro poderá convocar a Licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.3.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela Licitante, antes de findo o prazo.

13.3.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço/bem/produto ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.5. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

13.6. Nos itens não exclusivos para a participação de MEI/ME/EPP/COOP, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da Licitante, observado o disposto neste edital.

## **14. DA HABILITAÇÃO**

14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. SICAF;

14.1.2. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));



14.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

14.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

14.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será diligenciado para verificação de fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.3.3. A Licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.4. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a Licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

14.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das Licitantes será verificada, primeiramente, por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, conforme documentação exigida para esta licitação.

14.6.1. A Licitante deverá anexar no sistema Compras Governamentais, juntamente com o cadastro da proposta eletrônica e até a abertura da sessão pública, os documentos desatualizados ou não abrangidos pelo SICAF.

14.6.2. É dever de a Licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

14.6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da Licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).





14.6.4. A Licitante detentora do menor preço qualificada como MEI/ME/EPP/COOP deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a Licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.

14.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais e não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.10. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Para a habilitação da Licitante detentora da melhor oferta, será exigida a documentação relativa a:

**14.11.1. Habilitação Jurídica:**

A. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

B. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

C. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

D. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

14.11.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.11.3. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

14.11.4. Todos os documentos deverão ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial, autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

14.11.5. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.



000052

14.11.6. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

**14.11.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- A. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- B. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- C. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante;
- D. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante;
- E. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- F. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**14.11.8. Qualificação Técnica:**

- A. As licitantes vencedoras deverão apresentar os documentos constantes no item 18 do presente edital.

**14.11.9. Qualificação Econômico – Financeira.**

- A. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da Licitante. ✓

14.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela Licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.14. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra



microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.16. Será inabilitada a Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos junto à proposta eletrônica, através do SICAF ou quando convocada, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

14.17. Nos itens não exclusivos a MEI/ME/EPP/COOP, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, a Licitante será declarada vencedora.

## **15. DOS RECURSOS**

15.1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2. Havendo quem se manifeste, o pregoeiro verificará a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2. No juízo de admissibilidade das intenções de recurso será avaliado pelo pregoeiro tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

15.2.3. A falta de manifestação motivada da Licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.





000054

## **16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

### **16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:**

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a Licitante declarada vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

### **16.2. Todas as Licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.**

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da Licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

17.1. O objeto da licitação será adjudicado a Licitante declarada vencedora, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada Ata de Registro de Preços.

18.2. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município para a assinatura a Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, para que seja assinada e devolvida pela adjudicatária no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo para assinatura ou devolução da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município.





18.2.3. No caso de a adjudicatária comparecer no município para assinatura, a mesma deverá apresentar, no ato da assinatura, as seguintes comprovações:

- A) Certidão de regularidade junto a Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP, documento original ou cópia autenticada;
- B) Licença de operação emitido pelo IAP – Instituto Ambiental do Paraná atualizado, documento original ou cópia autenticada;
- C) Certificado de regularidade – CR emitido pelo IBAMA atualizado da filial participante da licitação – conforme instrução normativa nº 06 de 15/03/2013. Documento original ou cópia autenticada;
- D) Alvará de localização/funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal da empresa licitante, documento original ou cópia autenticada;
- E) Certificado de Vistoria em Estabelecimento – CVE, em vigência emitida pelo corpo de bombeiros, documento original ou cópia autenticada.

18.2.4. No caso da Ata de Registro de Preços ser encaminhada à adjudicatária via correio ou e-mail, a mesma deverá, mediante convocação do município, apresentar as comprovações previstas no subitem anterior.

18.3. Se a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar a comprovação exigida ou não assinar a Ata de Registro de Preços, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das Licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora, conforme disposto no art. 4º, incisos XVI e XXIII da Lei 10.520/02.

18.4. A existência de preços registrados não obriga o município a firmar contratações que deles possam advir.

18.5. Para a contratação do objeto do presente registro de preços, o município se reserva ao direito de considerar as notas de empenho, autorizações de compras ou ordens de execução de serviços como instrumento de contrato, de acordo com o previsto no art. 62, caput da Lei nº 8.666/93.

18.6. A Ata de Registro de Preços vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Sujeitam-se as Licitantes as seguintes penalidades:

19.1.1. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicado à penalidade de impedimento de licitar e contratar com o município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Ensejar o retardamento na execução do objeto do certame;
- B - Fizer declaração falsa;



- C - Cometer fraude fiscal quanto aos documentos desta natureza utilizado para habilitar-se nas licitações;
- D - Omitir o real enquadramento da empresa;
- E - Realizar conluio, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.1.1.1. Considera-se o retardamento na execução do objeto do certame previsto na alínea "A", qualquer ação ou omissão da licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura da Ata de Registro de Preços ou aceite o instrumento equivalente.

19.1.2. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Não manter proposta e/ou deixar de encaminhar proposta readequada quando convocada;
- B - Recusar-se injustificadamente em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ou não atender os requisitos exigidos para qualificação técnica, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

19.1.2.1. Considera-se o não mantimento da proposta previsto na alínea "A", a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigido, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

19.1.3. Detenção de 02 (dois) a 04 (quatro) anos à Licitante que:

- A - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da Licitação.

19.2. Concomitante às penalidades previstas, se sujeita à Licitante ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02

19.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

19.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estarão previstas no Termo de Referência e na Minuta da Ata de Registro de Preços.



## 20. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

20.1. Fica garantido ao Município de Ubatuba o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

20.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

20.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

20.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

20.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

## 21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e o Município de Ubatuba não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.2. Município de Ubatuba não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital obtidas por meio de terceiros.

21.3. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

21.5. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.6. No interesse do Município, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

21.6.1. Adiada a data da abertura desta licitação;

21.6.2. Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

21.7. É facultado ao (à) pregoeiro (a), ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho





70758

fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.9. Todos os documentos que se exige cópia autêntica poderão ser autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

21.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

21.13. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos; independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.15. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.16. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

21.17. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Divisão de Licitação, localizada no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

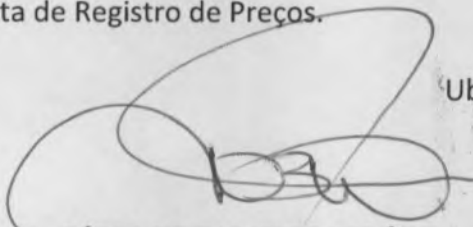
21.18. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.18.1. Anexo I - Termo de Referência;

21.18.2. Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

21.18.3. Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Ubatuba, Paraná, 26 de janeiro de 2022.



**FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO**  
Prefeito

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2022**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5529/2022**

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM se destina à **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS, DE RECARGAS E BOTIJÕES DE GÁS DESTINADOS AO MUNICÍPIO.**

**2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação do objeto em questão tem por finalidade garantir o funcionamento das atividades diárias na cozinha das unidades de saúde e dos programas assistenciais, nas escolas municipais e nos centros de educação infantil da rede municipal de ensino, para preparo da merenda escolar e nas demais secretarias do município para proporcionar condições para o preparo de refeições visando atender as equipes de trabalho e usuários dos serviços públicos. Nas demais copas, em sua maioria são preparadas somente café para os servidores e usuários que se utilizam das dependências da prefeitura e demais locais de atendimento aos usuários do serviço público.

2.2. A necessidade do prazo de uma hora para a entrega da recarga de gás se dá, pois o município não dispõe de estoque de cilindros nas suas unidades, nas Escolas e Creche é ofertada merenda, na Casa Lar o alimento é preparado diariamente, no Restaurante Popular é feita refeição para as famílias de baixa renda, sendo assim é necessário à entrega pontual, dentro do prazo estabelecido, afim de não haver falta de alimento para atender tais unidades.

**3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

3.1. Visa-se a contratação do objeto na seguinte especificação, quantidade máxima estimada e valores unitários e totais máximos:

LOTE 01 – RECARGAS DE BOTIJÕES				
DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
Item 01 - Carga de gás GLP de 13 kg (461652)	580	UN.	116,67	67.668,60
Item 02 - Carga de gás GLP de 45 kg (461651)	200	UN.	423,63	84.726,00
			<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 152.394,60</b>
LOTE 02 – AQUISIÇÃO DE BOTIJÕES				
DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
Item 03 - Casco de gás vazio de 13 kg (461517)	12	UN.	233,33	2.799,96
			<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.799,96</b>

**4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.



## 5. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 6. LOCAIS DE ENTREGA

6.1. Os objetos ser deverão ser entregues nos locais e horários determinados na ordem de compras dentro do perímetro urbano do município e também no Distrito de Yolanda (aproximadamente 16 km da área urbana) e Comunidade São João (aproximadamente 13 km da área urbana). Podendo cada pedido ser efetuado qualquer dia da semana inclusive em sábados, domingos e feriados.

## 7. PRAZOS

7.1. O prazo de entrega dos produtos será:

Lote 01: Após o recebimento de cada pedido a licitante terá o prazo máximo de 01 (uma) hora para efetuar a entrega no local requisitado, durante horário de expediente, a contar do recebimento da autorização.

Lote 02: Após o recebimento de cada pedido a licitante terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para efetuar a entrega no local requisitado, durante horário de expediente, a contar do recebimento da ordem de compras, encaminhada pela Divisão de Compras do Município.

7.2. O prazo para entrega dos produtos que venham a ser substituídos será de metade do prazo estipulado para entrega.

7.3. Na contagem dos prazos, exclui-se o de início e inclui-se o do vencimento.

## 8. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos produtos/bens/materiais será de maneira fracionada, balizando-se na necessidade da secretaria requisitante, devendo o fornecimento ocorrer pelo período de doze meses, sendo este o prazo de vigência do registro de preços.

8.1.1. Quando solicitado, o botijão deverá ser devidamente instalado.

8.1.2. Não será aceito em hipótese alguma, o fornecimento de vale gás, ou qualquer outro dispositivo de fornecimento que não seja a entrega do produto mediante autorização de compras devidamente assinada por servidor responsável.

8.2. Os produtos deverão ser fornecidos em perfeitas condições, novos, original e sem uso, conforme especificações, prazo e local constantes no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.3. Os produtos deverão ser entregues em veículo próprio, transportadoras ou outros serviços de entrega.

8.4. Quando exigido, os produtos deverão ser entregues com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da empresa a troca e manutenção dos produtos/bens/materiais durante o período, sem ônus adicionais ao município.



8.5. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

## 9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

9.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

9.2. O município reserva-se o direito de não receber os produtos fornecidos que não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas no Edital.

9.3. O recebimento de produtos/bens/materiais de valor superior ao limite estabelecido no art. 15, § 8º da Lei nº 8.666/93, será realizado por comissão de, no mínimo, 3 (três) membros previamente nomeados.

9.4. A empresa é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ainda que tenha sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

9.5. O produto/bem que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

## 10. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1. Os direitos e responsabilidades das partes são os dispostos na Cláusula Décima da Ata de Registro de Preços.

## 11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado *após o recebimento de cada pedido*, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

11.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

11.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0205	6243	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		466,68
0302	6245	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		3.500,05
0501	6263	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		9.333,60
0502	6266	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		37.084,80
0503	6284	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		39.202,95
0604	6317	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	4.083,45

0605	6321	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	5.483,43
0701	6343	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.166,70
0901	6350	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.633,37
1001	6355	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.800,08
1002	6357	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		4.200,12
1201	6378	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		466,68
1601	6390	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		45.772,65

## 12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços aos servidores conforme tabela abaixo:

GABINETE	Geraldo José dos Santos
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	Maria Inês Bento
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Neiva Grigio Gindri
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Claudia Lazaretti
SECRETARIA DE SAÚDE	Orlando dos Santos Filho
SECRETARIA DE ESPORTES	Sullivan Jose Mohanna Rocha
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERV. RURAIS	Luiz Antônio Marafon
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Ronaldo Felipe Maciel
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Laercio Franca de Oliveira

12.2. Fiscal do Contrato:

GABINETE	Francielly T. C. L. Do Amaral
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	Nicollas Marcal Piveta
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Maria Isabel de Paiva
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Altair da Silva Pereira
SECRETARIA DE SAÚDE	Manoel do Nascimento
SECRETARIA DE ESPORTES	Jose Soares de Brito
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERV. RURAIS	Tania Fonseca da Rocha
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Adriana Candida Sluzovski
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Viviane C. Ciciliato Retamero

12.3. Fiscal do Contrato Substituto:

GABINETE	Robson Alexandre da Silva
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	Jose Carlos Goncalves
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Thiago Dadalto Gimenez
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Ellen Thais da Silva
SECRETARIA DE SAÚDE	Solange Fabris
SECRETARIA DE ESPORTES	Helio Galhardo Junior
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERV. RURAIS	Odilio Camargo Alves
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Jose Antonio Torres dos Santos
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Arnaldo Tomaz de Lima

12.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.



12.5. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.6. As comunicações entre o município e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.7. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 5/2022.

### **13. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO**

13.1. As penalidades pelo descumprimento das obrigações assumidas serão as dispostas na Cláusula Décima Terceira da Minuta da Ata de Registro de Preços.





000061

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA**

NOME DA LICITANTE

Nº DO CNPJ

Endereço, Cidade e Estado.

Nº do Telefone.

Endereço de e-mail.

Referente ao Pregão Eletrônico nº 4/2022.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

1.1. O valor global para a execução do objeto é de R\$-(valor por extenso).

1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.

1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Fornecedora para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

5. Relação de itens cotados:

LOTE 01 – RECARGAS DE BOTIJÕES				
DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
Carga de gás GLP de 13 kg (461652)	580	UN.		
Carga de gás GLP de 45 kg (461651)	200	UN.		
			TOTAL	
LOTE 02 – AQUISIÇÃO DE BOTIJÕES				
DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
Casco de gás vazio de 13 kg (461517)	12	UN.		
			TOTAL	

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal  
CPF e RG

*bela, amada e gentil*





000065

**ANEXO III**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone nº \_\_\_\_\_ e e-mail \_\_\_\_\_, doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5529/2022, Pregão Eletrônico n.º 4/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS, DE RECARGAS E BOTIJÕES DE GÁS DESTINADOS AO MUNICÍPIO.**

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO**

3.1. O valor global registrado é de R\$-().

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

**5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO**

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.



000066  
8

## 6. CLÁUSULA SEXTA- LOCAIS DE ENTREGA

6.1. Os objetos ser deverão ser entregues nos locais e horários determinados na ordem de compras dentro do perímetro urbano do município e também no Distrito de Yolanda (aproximadamente 16 km da área urbana) e Comunidade São João (aproximadamente 13 km da área urbana). Podendo cada pedido ser efetuado qualquer dia da semana inclusive em sábados, domingos e feriados.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA- DOS PRAZOS

7.1. O prazo de entrega dos produtos será:

Lote 01: Após o recebimento de cada pedido a licitante terá o prazo máximo de 01 (uma) hora para efetuar a entrega no local requisitado, durante horário de expediente, a contar do recebimento da autorização.

Lote 02: Após o recebimento de cada pedido a licitante terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para efetuar a entrega no local requisitado, durante horário de expediente, a contar do recebimento da ordem de compras, encaminhada pela Divisão de Compras do Município.

7.2. O prazo para entrega dos produtos que venham a ser substituídos será de metade do prazo estipulado para entrega.

7.3. Na contagem dos prazos, exclui-se o de início e inclui-se o do vencimento.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos produtos/bens/materiais será de maneira fracionada, balizando-se na necessidade da secretaria requisitante, devendo o fornecimento ocorrer pelo período de doze meses, sendo este o prazo de vigência do registro de preços.

8.1.1. Quando solicitado, o botijão deverá ser devidamente instalado.

8.1.2. Não será aceito em hipótese alguma, o fornecimento de vale gás, ou qualquer outro dispositivo de fornecimento que não seja a entrega do produto mediante autorização de compras devidamente assinada por servidor responsável.

8.2. Os produtos deverão ser fornecidos em perfeitas condições, novos, original e sem uso, conforme especificações, prazo e local constantes no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.3. Os produtos deverão ser entregues em veículo próprio, transportadoras ou outros serviços de entrega.

8.4. Quando exigido, os produtos deverão ser entregues com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da empresa a troca e manutenção dos produtos/bens/materiais durante o período, sem ônus adicionais ao município.

8.5. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.



## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

9.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

9.2. O município reserva-se o direito de não receber os produtos fornecidos que não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas no Edital.

9.3. O recebimento de produtos/bens/materiais de valor superior ao limite estabelecido no art. 15, § 8º da Lei nº 8.666/93, será realizado por comissão de, no mínimo, 3 (três) membros previamente nomeados.

9.4. A empresa é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ainda que tenha sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

9.5. O produto/bem que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1. São direitos do MUNICÍPIO:

10.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

10.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

10.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

10.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

10.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

10.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

10.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

10.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

10.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

10.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;



10.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

**10.3. São obrigações da FORNECEDORA:**

10.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

10.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

10.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078 de 1990);

10.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

10.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

10.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

10.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

10.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

10.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

10.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

10.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

10.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.



## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado *após o recebimento de cada pedido*, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

11.2. A fatura deverá ser emitida pela FORNECEDORA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

11.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0205	6243	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		466,68
0302	6245	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		3.500,05
0501	6263	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		9.333,60
0502	6266	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		37.084,80
0503	6284	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		39.202,95
0604	6317	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	4.083,45
0605	6321	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	5.483,43
0701	6343	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.166,70
0901	6350	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.633,37
1001	6355	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.800,08
1002	6357	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		4.200,12
1201	6378	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		466,68
1601	6390	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		45.772,65

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

12.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.



13.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

13.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

13.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

13.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

13.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

13.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços aos servidores conforme tabela abaixo:

GABINETE	Geraldo José dos Santos
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	Maria Inês Bento
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Neiva Grigio Gindri
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Claudia Lazaretti
SECRETARIA DE SAÚDE	Orlando dos Santos Filho
SECRETARIA DE ESPORTES	Sullivan Jose Mohanna Rocha
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERV. RURAIS	Luiz Antonio Marafon
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Ronaldo Felipe Maciel
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Laercio Franca de Oliveira

14.2. Fiscal do Contrato:

GABINETE	Francielly T. C. L. Do Amaral
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	Nicollas Marcal Piveta
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Maria Isabel de Paiva
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Altair da Silva Pereira
SECRETARIA DE SAÚDE	Manoel do Nascimento

*bela, amada e gentil*

SECRETARIA DE ESPORTES	Jose Soares de Brito
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERV. RURAIS	Tania Fonseca da Rocha
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Adriana Cândida Sluzovski
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Viviane C. Ciciliato Retamero

**14.3. Fiscal do Contrato Substituto:**

GABINETE	Robson Alexandre da Silva
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	Jose Carlos Goncalves
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Thiago Dadalto Gimenez
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Ellen Thais da Silva
SECRETARIA DE SAÚDE	Solange Fabris
SECRETARIA DE ESPORTES	Helio Galhardo Junior
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERV. RURAIS	Odilio Camargo Alves
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Jose Antonio Torres dos Santos
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Arnaldo Tomaz de Lima

14.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

14.5. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

14.6. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.7. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 5/2022.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

15.1.1. Advertência;

15.1.2. Multa;

15.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

15.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.2. As multas poderão ser:

15.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

15.2.1.1. 2% (Dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

15.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

15.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

15.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

15.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

15.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02<sup>1</sup> (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

15.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

15.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

15.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

15.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

15.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

15.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

15.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

15.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

15.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

15.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

15.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.





15.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

15.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

15.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

16.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

16.1.1. For liberado;

16.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

16.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

16.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

16.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

16.2.1. Por razão de interesse público; ou

16.2.2. A pedido do fornecedor.

16.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

16.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.





10074

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

18.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## 20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, XX de XXXXXX de 2022.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

FORNECEDORA

**UBIRATÃ**

PREFEITURA



000075

8

# AVISO DE LICITAÇÃO E PUBLICAÇÕES

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

**TCEPR**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ[Voltar](#)

## Detalhes processo licitatório

Informações Gerais			
Entidade Executora	MUNICÍPIO DE UBIRATÃ		
Ano*	2022		
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	4		
Modalidade*	Pregão		
Número edital/processo*	5529		
Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito			
Instituição Financeira			
Contrato de Empréstimo			
Descrição Resumida do Objeto*	AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS, DE RECARGAS E BOTIJÕES DE GÁS DESTINADOS AO MUNICÍPIO		
Forma de Avaliação	Menor Preço		
Dotação Orçamentária*	0200508244000460013390300000		
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	155.194,56		
Data de Lançamento do Edital	26/01/2022		
Data da Abertura das Propostas	10/02/2022	Data Registro	31/01/2022
NOVA Data da Abertura das Propostas		Data Registro	
Data de Lançamento do Edital			
Data da Abertura das Propostas			
Há itens exclusivos para EPP/ME?	Não		
Há cota de participação para EPP/ME?	Não		
Percentual de participação:	0,00		
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?	Não		
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?	Não		
Data Cancelamento			

[Editar](#) [Excluir](#)

CPF: 6646640912 (Logout)



# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

SEXTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2022

EDIÇÃO SEMANAL Nº 1.505- ANO: XVII

Página 32 de 40

[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 28 de janeiro de 2022.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã

**LEI Nº 2652, DE 28 DE JANEIRO DE 2022**

Fixa o valor de avaliação para fins de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por ato oneroso, "inter-vivos" – ITBI, em casos de primeira Escritura, no período que especifica, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O valor de Avaliação Municipal para fins específicos do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por ato oneroso, "inter-vivos" - ITBI, prevista no art. 207 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei nº 950, de 1995), fica pré-estabelecido em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), quando o fato gerador for o registro da primeira escritura do imóvel, saindo da loteadora de origem ao contribuinte final, pelo período de 06 (seis) meses, a contar da publicação desta Lei.

§ 1º A avaliação municipal de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), fica limitada aos terrenos de até 675 m².

§ 2º O benefício poderá ser aplicado a todos os fatos geradores ocorridos até o término do período previsto no caput deste artigo, desde que o imposto seja recolhido à vista, no prazo de até 30 dias contados da emissão do boleto para a arrecadação do tributo.

Art. 2º Para fins de cálculo do ITBI, quando o contribuinte estiver usufruindo do benefício estabelecido no Art. 1º da presente Lei, a alíquota aplicada será sempre 2% (dois por cento), conforme estabelecido no item II, do art. 213, do Código Tributário Municipal (Lei nº 950, de 1995), não sendo permitida nenhuma outra redução de alíquota ou base de cálculo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, por ato próprio do Poder Executivo Municipal.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 28 de janeiro de 2022.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã

### PORTARIAS

**PORTARIA Nº 37, DE 26 DE JANEIRO DE 2022**

Remove servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 61 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Remover o servidor Vanderlei da Silva Sampaio, ocupante do cargo de Assistente de Administração, lotado no Gabinete do Prefeito, para desempenhar suas funções na Secretaria da Finanças e Planejamento, com efeitos retroativos a 24/11/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

**PORTARIA Nº 38, DE 27 DE JANEIRO DE 2022**

Retorna servidor às suas funções.

A SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Portaria de Designação nº 7, de 4 de janeiro de 2022,

RESOLVE:

1º Retornar às suas funções servidor Antonio Fabricio Bezerra, ocupante do cargo de motorista, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos e Pavimentação, que se encontrava em licença para tratamento de saúde, com efeitos retroativos a 20/01/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS BENTO

### PROCESSOS LICITATÓRIOS

**TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5528/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022

O Município de Ubiratã torna pública a revogação do edital do pregão eletrônico em epígrafe, instaurado para a AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA, CONVÊNIO Nº 275/2021 – SEDU, considerando a verificação, após a instauração do procedimento, da divergência das especificações dos equipamentos orçados com as especificações do edital. A revogação da licitação se dá em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, conforme previsto no caput do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

Ubiratã, Paraná, 27 de janeiro de 2022.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5529/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubiratã. A Prefeitura Municipal Ubiratã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), no link Jornal Oficial Online.

[Início](#)





# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

SEXTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2022

EDIÇÃO SEMANAL Nº 1.505- ANO: XVII

Página 33 de 40

[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

O Município de Ubiratã torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço, Por Item, visando a AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS, DE RECARGAS E BOTIJÕES DE GÁS DESTINADOS AO MUNICÍPIO.

Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 08h30min do dia 10 de fevereiro de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 08h30min do dia 10 de fevereiro de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br) e no <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

Ubiratã, Paraná, 26 de janeiro de 2022.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5530/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022

O Município de Ubiratã torna público que se encontra aberto processo licitatório na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, empreitada por preço global, visando a PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA NA ESTRADA CONCÓRDIA.

Data da realização: 15 de fevereiro de 2022, às 08h30min.

Local de Abertura: Sala de Licitações, localizada no 1º andar do Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos no site [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), na aba Processos Licitatórios.

Ubiratã, Paraná, 27 de janeiro de 2022.

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2022

CONTRATANTE: Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

FORNECEDOR (A): METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITLARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.788.117/0001-03.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5415/2021.

OBJETO: Aquisição de materiais ambulatoriais, de enfermagem e de resgate e socorro para a Secretaria de Saúde e Bombeiros Comunitários.

VALOR: R\$-23.427,90 (vinte três mil quatrocentos vinte sete reais e noventa centavos).

DATA DA ASSINATURA: 18/01/2022

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2022

CONTRATANTE: Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

FORNECEDOR (A): ADRIELSON FERREIRA PINHEIRO, inscrita no CNPJ nº 13.559.782/0001-45.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5415/2021.

OBJETO: Aquisição de materiais ambulatoriais, de enfermagem e de resgate e socorro para a Secretaria de Saúde e Bombeiros Comunitários.

VALOR: R\$-1.630,00 (um mil seiscentos trinta reais).

DATA DA ASSINATURA: 18/01/2022.

## RESOLUÇÃO - CMAS

### RESOLUÇÃO Nº 011/2021

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 952/96 de 12 de março de 1996. Considerando a deliberação da plenária realizada em 04 de agosto de 2021:

RESOLVE:

Artigo 1º- Aprovação do PLANO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO ANO DE 2022 a 2025;

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ubiratã – PR, 04 de agosto de 2021.

VANESSA APARECIDA LOPES LEAL

Presidente do CMAS

Ubiratã/PR

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

### EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº057/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2021

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBIRATÃ.

CONTRATADA: PROATIVA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, inscrita sob a CNPJ nº 06.241.773/0001-46.

OBJETO DO ADITIVO: Supressão do percentual de 1,07% (um virgula zero sete por cento), equivalente ao importe R\$ 1.800,99 (um mil e oitocentos reais e noventa e nove centavos), perfazendo um valor total atualizado de R\$ 234.168,15 (duzentos e trinta e quatro mil cento e sessenta e oito reais e quinze centavos), com fundamento no Art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 19/01/2022.

FISCAL DO CONTRATO: Emiro José Pavão Junior, conforme portaria nº 009/2021.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubiratã. A Prefeitura Municipal Ubiratã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), no link Jornal Oficial Online.

Início

000079

8

## FASE EXTERNA

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA  
CNPJ 82.658.618/0001-08 Insc. Estadual 42.209.615-97  
Via do Trabalhador, 321 - Parque Industrial I.  
CEP 87.306-620 - Campo Mourão/PR  
Fone: (44) 3525-3131 - liquialves@hotmail.com  
**ANEXO II**

000080

### PROPOSTA

LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA.  
CNPJ N°: 82.658.618/0001-08 INSC. ESTADUAL: 42.209.615-97  
VIA DO TRABALHADOR, N° 321, PARQUE INDUSTRIAL I. CEP: 87.306-620  
CAMPO MOURÃO/PARANÁ. TEL (44) 3525-3131 EMAIL: liquialves@hotmail.com

#### Referente ao Pregão Presencial n° 04/2022.

1. Apresentam os e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa ao fornecimento do objeto do Pregão em epígrafe:

1.1 O valor global para fornecimento do objeto acima é de R\$ 155.182,96 (Cento e cinquenta e cinco mil, cento e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos).

1.2 O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.

1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, na qualidade de representante legal a Senhora Patrícia Alves da Silva, inscrita no CPF sob n° 011.432.839-02, RG n° 10.202.549-0, contato (44) 99851-4888, e-mail [liquialves@hotmail.com](mailto:liquialves@hotmail.com), residente e domiciliada na Rua Andirá, 485, Campo Mourão, Estado do Paraná.

3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Fornecedora para representá-la durante a vigência do mesmo, será o Senhor Agnaldo Alves da Silva, inscrito no CPF sob n° 744.369.569-68, RG n° 4.490.112-9, contato (44)99819-6688, e-mail [liquicampo@uol.com.br](mailto:liquicampo@uol.com.br), residente e domiciliado na Rua Andirá, 372, Campo Mourão, Estado do Paraná.

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo Banco do Brasil, agência 0406-5 e Conta Corrente 50195-6.

5. Relação de itens cotados:

LOTE 01 - RECARGAS DE BOTIJÕES					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	VALOR TOTAL
1	Carga de gás GLP de 13 kg	580	UN.	R\$116,65	R\$ 67.657,00
2	Carga de gás GLP de 45 kg	200	UN.	R\$ 423,63	R\$ 84.726,00
				<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 152.383,00</b>

LOTE 02 - AQUISIÇÃO DE BOTIJÕES					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	VALOR TOTAL
1	Casco de gás vazio de 13 kg	12	UN.	R\$ 233,33	R\$ 2.799,96
				<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.799,96</b>

Ubiratã/PR, 03 de Fevereiro de 2022.

82658618/0001-08  
42209615-97

Liqui Alves Comércio e Transportes  
de Gás Ltda.

RUA VIA DO TRABALHADOR, 321  
PQ. INDUSTRIAL - CEP 87306-620  
CAMPO MOURÃO - PR

Liqui Alves Comércio e Transporte de Gás Ltda.  
CNPJ - 82.658.618/0001-08  
Sócio Administrador - Agnaldo Alves da Silva.  
CPF nº 744.369.569-68  
RG nº 4.490.112-9 SSP/PR



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/02/2022 11:33:21

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA**  
CNPJ: **82.658.618/0001-08**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e



000082  
8

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

000083  
6**TCEPR**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

[Voltar](#)**Incluir Impedimento**

Pesquisa de restrições

Fornecedor		
Tipo documento	CNPJ	Número documento
		82658618000108
Nome		
Tipo de Sanção	Todos	
Período publicação : de		até
Data de Início Impedimento: de		até
Data de Fim Impedimento: de		até
Situação:	Todas	
Links úteis:	<a href="#">Consulta TCU</a> / <a href="#">Consulta CADIN PR</a>	

**Pesquisar**[Imprimir](#)

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Declaração**

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 82.658.618/0001-08 DUNS®: 906901228  
Razão Social: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA  
Nome Fantasia: LIQUI GAS  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 07/03/2022  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Demais

**Ocorrências e Impedimentos**

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

**Níveis cadastrados:**

**I - Credenciamento**

**II - Habilitação Jurídica**

**III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

Receita Federal e PGFN Validade: 26/07/2022 ✓  
FGTS Validade: 05/03/2022 ✓  
Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 02/08/2022 ✓

**IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal**

Receita Estadual/Distrital Validade: 01/06/2022 ✓  
Receita Municipal Validade: 03/03/2022 ✓

**V - Qualificação Técnica**

**VI - Qualificação Econômico-Financeira**

Validade: 31/05/2022 ✓

Emitido em: 14/02/2022 14:17

1 de 1

CPF: 079.733.189-17 Nome: DANIELE DA COSTA BARTZ ZEM

Ass: \_\_\_\_\_



000235  
8

Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 82.658.618/0001-08 DUNS@: 906901228  
Razão Social: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA  
Nome Fantasia: LIQUI GAS  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 07/03/2022

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Demais  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não  
Capital Social: R\$ 50.000,00 Data de Abertura da Empresa: 15/07/1991  
CNAE Primário: 4784-9/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)

CNAE Secundário 1: 4930-2/03 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS

Dados para Contato

CEP: 87.306-620  
Endereço: RUA VIA DO TRABALHADOR, 321 - PARQUE INDUSTRIAL AUGUSTO  
Município / UF: Campo Mourão / Paraná  
Telefone: (44) 35243131 Telefone: (44) 35253131  
E-mail: LIQUICAMPO@UOL.COM.BR

Dados do Responsável Legal

CPF: 744.368.569-68  
Nome: AGNALDO ALVES DA SILVA

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 744.368.569-68  
Nome: AGNALDO ALVES DA SILVA  
E-mail: liquicampo@uol.com.br



# Relatório de Credenciamento

000086

## Sócios / Administradores

### Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 744.368.569-68 Participação Societária: 90,00%  
Nome: AGNALDO ALVES DA SILVA  
Número do Documento: 44901129 Órgão Expedidor: SSP-PR  
Data de Expedição: 13/11/1985 Data de Nascimento: 12/03/1971  
Filiação Materna: IZOLINA MARIN DA SILVA  
Estado Civil: Casado(a)

#### Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 931.076.419-87  
Nome: SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA  
Carteira de Identidade: 49730578 Órgão Expedidor: SSP-PR  
Data de Expedição: 04/06/2012

CEP: 87.308-785  
Endereço: RUA ANDIRA, 372 - CASA - JARDIM FLORA  
Município / UF: Campo Mourão / Paraná  
Telefone: (44) 35253131  
E-mail: liquicampo@uol.com.br

### Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 931.076.419-87 Participação Societária: 10,00%  
Nome: SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA  
Número do Documento: 49730578 Órgão Expedidor: SSP-PR  
Data de Expedição: 04/06/2012 Data de Nascimento: 06/04/1971  
Filiação Materna: ITALVINA MARIA LAZZARINI  
Estado Civil: Casado(a)

#### Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 744.368.569-68  
Nome: AGNALDO ALVES DA SILVA  
Carteira de Identidade: 44901129 Órgão Expedidor: SSP-PR  
Data de Expedição: 31/08/2017

CEP: 87.308-785  
Endereço: RUA ANDIRA, 372 - CASA - JARDIM FLORA  
Município / UF: Campo Mourão / Paraná  
Telefone: (44) 35253131  
E-mail: liquicampo@uol.com.br

## Linhas Fornecimento

### Materiais

6830 - GASES COMPRIMIDOS E LIQUEFEITOS

8120 - CILINDROS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS PARA GASES

Emitido em: 14/02/2022 14:18

CPF: 079.733.189-17 Nome: DANIELE DA COSTA BARTZ ZEM

2 de 2

**Sétima Alteração Contratual**  
Sociedade Limitada**LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA**

CNPJ/MF: 82.658.618/0001-08

NIRE: 41202587596

**AGNALDO ALVES DA SILVA**, brasileiro, empresário, casado sob regime de Comunhão Parcial de Bens, natural de Colorado-PR, nascido em 12/03/1971, portador da Cédula de Identidade Civil RG 4.490.112-9/SSP-PR e inscrito no CPF/MF 744.368.569-68, residente e domiciliado na Rua Andirá, 372, Jardim Flora, na cidade de Campo Mourão - PR, CEP 87308-785, **SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA**, brasileira, empresária, casada sob regime de Comunhão Parcial de Bens, natural de São Lourenço do Oeste-SC, nascida em 06/04/1971, portadora da Cédula de Identidade Civil RG 4.973.057-8/SSP-PR e inscrita no CPF/MF 931.076.419-87, residente e domiciliada na Rua Andirá, 372, Jardim Flora, na cidade de Campo Mourão - PR, CEP 87308-785; e **IRANI CAVALCANTE ALVES DA SILVA**, brasileira, empresária, casada pelo regime de Comunhão Parcial de Bens, natural de Alto Paraná-PR, nascida em 17/06/1965, portadora da Cédula de Identidade Civil RG 3.628.075-1/SSP-PR e inscrita no CPF/MF 530.809.559-00, residente e domiciliada na cidade de Toledo-PR, à Rua Santa Catarina, 559, Jardim Porto Alegre, CEP 85906-130, únicos sócios da sociedade empresarial limitada que gira sob o nome empresarial de **LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA**, com sede e foro à Rua Via do Trabalhador, nº 321, Parque Industrial Augusto Tezelli Filho, CEP 87.306-620, na cidade de Campo Mourão, no Estado do Paraná, registrada na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41202587596 em 15/07/1991 e última alteração sob o nº 20200706004 em 05/02/2020 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.658.618/0001-08, resolvem **alterar e consolidar** seu contrato social e posterior alteração de acordo com a lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002 e subsidiariamente pela Lei 6.404/76 de 15 de Dezembro de 1976 de acordo com as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A sócia remanescente **IRANI CAVALCANTE ALVES DA SILVA** possuidora de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), divididos em 25.000 (vinte e cinco mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas, **RETIRA-SE** da sociedade vendendo e transferindo a totalidade de suas quotas, totalmente integralizadas para o sócio remanescente **AGNALDO ALVES DA SILVA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** A sócia retirante **IRANI CAVALCANTE ALVES DA SILVA**, da aos sócios remanescentes **AGNALDO ALVES DA SILVA** e **SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA** plena, rasa e geral quitação da sessão de quotas ora efetuada, declarando estes conhecerem a situação econômica e financeira da sociedade, ficando sub-rogado nos direitos e obrigações do presente instrumento, assumindo o Ativo e o Passivo da sociedade.

**Sétima Alteração Contratual**  
Sociedade Limitada

**LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA**

CNPJ/MF: 82.658.618/0001-08

NIRE: 41202587596

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Em virtude das modificações anteriores, o capital social fica assim distribuído entre os sócios:

NOME	%	QUOTAS	CAPITAL R\$
AGNALDO ALVES DA SILVA	90	45.000	45.000,00
SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA	10	5.000	5.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000,00</b>

**CLÁUSULA QUARTA:** Fica a empresa **DESENQUADRADA** da condição de **EMPRESA DE MICROEMPRESA** por não encontrar-se mais nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

**CLÁUSULA QUINTA:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

**CLÁUSULA SEXTA:** Em razão das modificações ora ajustada consolida-se o contrato social, com a seguinte redação.

**LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA**

CNPJ: 82.658.618/0001-08

NIRE: 41202587596

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**

**AGNALDO ALVES DA SILVA**, brasileiro, empresário, casado sob regime de Comunhão Parcial de Bens, natural de Colorado-PR, nascido em 12/03/1971, portador da Cédula de Identidade Civil RG 4.490.112-9/SSP-PR e inscrito no CPF/MF 744.368.569-68, residente e domiciliado na Rua Andirá, 372, Jardim Flora, na cidade de Campo Mourão - PR, CEP 87.308-785 e **SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA**, brasileira, empresária, casada sob regime de Comunhão Parcial de Bens, natural de São Lourenço do Oeste-SC, nascida em 06/04/1971, portadora da Cédula de Identidade Civil RG 4.973.057-8/SSP-PR e inscrita no CPF/MF 931.076.419-87, residente e domiciliada na Rua Andirá, 372, Jardim Flora, na cidade de Campo Mourão - PR, CEP 87.308-785; únicos sócios da sociedade empresarial limitada que gira sob o nome empresarial de **LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA**, com sede e foro à Rua Via do Trabalhador, nº 321, Parque Industrial Augusto Tezelli Filho, CEP 87.306-620, na cidade de Campo Mourão, no Estado do Paraná, registrada na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41202587596 em 15/07/1991 e última alteração sob o nº. 20166479950 em 27/10/2016 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.658.618/0001-08, resolvem **consolidar** seu contrato social e posteriores alterações de acordo com a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e subsidiariamente pela Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 de acordo com as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A sociedade gira sob o nome empresarial: **LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA**.



**Sétima Alteração Contratual**

Sociedade Limitada

**LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA**

CNPJ/MF: 82.658.618/0001-08

NIRE: 41202587596

**CLÁUSULA SEGUNDA:** A sociedade tem a sua sede e foro a **Rua Via do Trabalhador, 321, Parque Industrial Augusto Tezelli Filho, CEP: 87306-620, na Cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná.**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** A sociedade tem como objeto social: **Transporte rodoviário de carga geral e cargas perigosas, gás liquefeito de petróleo-GLP em botijões, municipal, intermunicipal e interestadual e Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo GLP.**

**CLÁUSULA QUARTA:** A sociedade iniciou suas atividades em **15 de Julho de 1991** e seu prazo de duração é **indeterminado**.

**CLÁUSULA QUINTA:** O capital social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) divididos em 50.000 (cinquenta mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas e assim distribuídas:

NOME	%	QUOTAS	CAPITAL R\$
AGNALDO ALVES DA SILVA	90	45.000	45.000,00
SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA	10	5.000	5.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000,00</b>

**CLÁUSULA SEXTA:** As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, o qual deverá ser exercido no prazo de 60 (sessenta) dias, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**Parágrafo Único:** O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, que deverão fazer dentro de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLÁUSULA OITAVA:** A administração da sociedade cabe ao sócio **AGNALDO ALVES DA SILVA**, com poderes e atribuições de administrador, dos negócios da sociedade, podendo representá-la, ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa



**Sétima Alteração Contratual**  
Sociedade Limitada

**LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA**

CNPJ/MF: 82.658.618/0001-08

NIRE: 41202587596

dos interesses e direitos da sociedade, vedado, no entanto, seu uso em atividades estranhas ao interesse social, especialmente no tocante a prestações de avais, endossos, fianças, cauções de favor, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens móveis e imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

**CLÁUSULA NONA:** O administrador declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas, podendo ser reinvestidos na sociedade se assim decidirem os sócios.

**Parágrafo Único:** A sociedade poderá distribuir lucros em reservas, ou a proceder balanços intermediários, inclusive mensais, a critério dos sócios que representem a maioria do capital para distribuição de lucros antecipados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso, bem como tratar de qualquer outro assunto pertinente, constante da ordem do dia.

**Parágrafo Único:** Os sócios resolvem em comum acordo, dispensar a elaboração de atas de reunião e/ou assembleias gerais, para deliberação sobre as contas e designação de administradores quando for o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** Os sócios, que prestarem serviços à sociedade, poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. Os herdeiros poderão fazer-se representar na sociedade, enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

**Sétima Alteração Contratual**  
Sociedade Limitada

**LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA**

CNPJ/MF: 82.658.618/0001-08

NIRE: 41202587596

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Fica eleito o foro de Campo Mourão, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por assim terem justo e contratado, datam e assinam o presente instrumento, em 01 (uma) via e se obrigam fielmente, por si e por seus herdeiros, a cumpri-lo em todos os seus termos.

Toledo-PR, 06 de Fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_  
**AGNALDO ALVES DA SILVA**

\_\_\_\_\_  
**SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA**

\_\_\_\_\_  
**IRANI CAVALCANTE ALVES DA SILVA**

000-92  
8**ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
53080955900	IRANI CAVALCANTE ALVES DA SILVA
74436856968	AGNALDO ALVES DA SILVA
93107641987	SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/02/2020 17:25 SOB N° 20200834568.  
PROTOCOLO: 200834568 DE 10/02/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
12000642495. NIRE: 41202587596.

LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 10/02/2020  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



000093

Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 82.658.618/0001-08 DUNS®: 906901228  
Razão Social: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA  
Nome Fantasia: LIQUI GAS  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 07/03/2022

**Dados do Nível**

Situação do Nível: Cadastrado

**Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN**

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 26/07/2022  
Código de Controle: ECD45D07EC8F2CDE

**Comprovante de Regularidade do FGTS**

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 05/03/2022  
Código de Controle: 2022020400005445219197

**Comprovante de Regularidade do TST**

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 02/08/2022  
Código de Controle: 45005352022





Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal**

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 82.658.618/0001-08 DUNS®: 906901228  
Razão Social: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA  
Nome Fantasia: LIQUI GAS  
Situação do Fornecedor: Credenciado

**Dados do Nível**

Situação do Nível: Cadastrado

**Inscrição Estadual e Municipal**

Inscrição Estadual: 4220961597  
Inscrição Municipal: 14892

**Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital**

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 01/06/2022  
Código de Controle: 026038828-41

**Comprovante de Regularidade Municipal**

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 03/03/2022  
Código de Controle: 3943/2022



# PODER JUDICIÁRIO

## ESTADO DO PARANÁ

Comarca de Campo Mourão - Paraná

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR PÚBLICO E ANEXOS,**  
Contador, Partidor, Depositário e Avaliador Judicial  
Gerson Guimarães do Vale  
Titular

### CERTIDÃO



**CERTIFICO** que, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em cartório a meu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos, deles constatei **NÃO** haver sido distribuído a qualquer cartório CÍVEL desta Comarca, ação alguma de:

**FALÊNCIA, CONCORDATA ou RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO**  
**JUDICIAL ou EXTRAJUDICIAL** contra:

**LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS - LTDA, portador do**  
**CNPJ Nº 82.658.618/0001-08, INS. EST. Nº N/C, com sede na cidade de**  
**CAMPO MOURAO - PR.**

O referido é verdade e dou fé.

Campo Mourão - Pr, quarta-feira, 2 de fevereiro de 2022; 11:48:50

GERSON

GUIMARAES DO

VALE:04181433900

Assinado de forma digital  
por GERSON GUIMARAES DO  
VALE:04181433900  
Dados: 2022.02.02 11:53:26  
-03'00'

**Cartório Distribuidor Público e anexos**

Gerson Guimarães do Vale

- Titular

Leandro Guimarães C. do Vale

- Funcionário Juramentado

( Assinatura Digital)



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

**CERTIDÃO NEGATIVA**

**DE**

**LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **AGNALDO ALVES DA SILVA**

CPF/CNPJ: **744.368.569-68**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:33:56 do dia 14/02/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: **WS5E140222143356**

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

## Pregão Eletrônico

987933.42022 .2784 .4968 .592884


**Ata de Realização do Pregão Eletrônico**  
 Nº 00004/2022 (SRP)

Às 10:00 horas do dia 14 de fevereiro de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 162022 de 10/01/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 5529, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00004/2022. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Aquisição parcelada, por meio de registro de preços, de recargas e botijões de gás, destinados ao município. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

AS DO GOV

**Item: 1****Descrição:** Gás refino de petróleo**Descrição Complementar:** Gás Refino De Petróleo Uso: Doméstico , Tipo: Gás Liquefeito De Petróleo - Glp**Tratamento Diferenciado:** -**Quantidade:** 580**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 116,6700**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** R\$ 1,00**Unidade de fornecimento:** Grama**Situação:** Aceito e Habilitado**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Aceito para:** LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, pelo melhor lance de R\$ 116,6500 e a quantidade de 580 Grama .

**Item: 2****Descrição:** Gás refino de petróleo**Descrição Complementar:** Gás Refino De Petróleo Uso: Industrial , Tipo: Gás Liquefeito De Petróleo - Glp**Tratamento Diferenciado:** -**Quantidade:** 200**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 423,6300**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** R\$ 1,00**Unidade de fornecimento:** Grama**Situação:** Aceito e Habilitado**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Aceito para:** LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, pelo melhor lance de R\$ 423,6300 e a quantidade de 200 Grama .

**Item: 3****Descrição:** Botijão Para Gás**Descrição Complementar:** Botijão Para Gás Uso: Doméstico , Capacidade: Cerca De 13 KG, Acessórios: Com Válvula E Mecanismo De Segurança**Tratamento Diferenciado:** -**Quantidade:** 12**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 233,3300**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** R\$ 1,00**Unidade de fornecimento:** Unidade**Situação:** Aceito e Habilitado**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Aceito para:** LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, pelo melhor lance de R\$ 233,3300 e a quantidade de 12 Unidade .

**Histórico****Item: 1 - Gás refino de petróleo**

**Propostas** Participaram deste Item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.  
 (As propostas com \* na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
82.658.618/0001-08	LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA	Não	Não	580	R\$ 116,6500	R\$ 67.657,0000	03/02/2022 18:23:50
<b>Marca:</b> LIQUIGAS <b>Fabricante:</b> LIQUIGÁS S.A. <b>Modelo / Versão:</b> RECARGAS DE 13KG <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Item 01 - Carga de gás GLP de 13 kg (461652) <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)							

**Lances** (Obs: lances com \* na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 116,6500	82.658.618/0001-08	14/02/2022 10:00:00:890

**Não existem lances de desempate ME/EPP para o item**

**Eventos do Item**



000098  
8

Evento	Data	Observações
Abertura	14/02/2022 10:00:01	Item aberto para lances.
Encerramento sem prorrogação	14/02/2022 10:10:02	Item aguardando decisão sobre reinício ou encerramento da etapa aberta.
Encerramento etapa aberta	14/02/2022 10:22:37	Item com etapa aberta encerrada.
Encerramento	14/02/2022 10:22:37	Item encerrado para lances.
Aceite de proposta	14/02/2022 14:12:09	Aceite individual da proposta. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08, pelo melhor lance de R\$ 116,6500.
Habilitação de fornecedor	14/02/2022 14:47:30	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08
Não existem intenções de recurso para o item		

**Item: 2 - Gás refino de petróleo**

**Propostas** Participaram deste Item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.  
(As propostas com \* na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
82.658.618/0001-08	LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA	Não	Não	200	R\$ 423,6300	R\$ 84.726,0000	03/02/2022 18:23:50
<b>Marca:</b> LIQUIGAS <b>Fabricante:</b> LIQUIGÁS S.A. <b>Modelo / Versão:</b> RECARGAS DE 45KG <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Item 02 - Carga de gás GLP de 45 kg (461651) <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)							

**Lances** (Obs: lances com \* na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 423,6300	82.658.618/0001-08	14/02/2022 10:00:00:890

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

**Eventos do Item**

Evento	Data	Observações
Abertura	14/02/2022 10:00:03	Item aberto para lances.
Encerramento sem prorrogação	14/02/2022 10:10:04	Item aguardando decisão sobre reinício ou encerramento da etapa aberta.
Encerramento	14/02/2022 10:18:26	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa aberta	14/02/2022 10:18:26	Item com etapa aberta encerrada.
Aceite de proposta	14/02/2022 14:12:17	Aceite individual da proposta. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08, pelo melhor lance de R\$ 423,6300.
Habilitação de fornecedor	14/02/2022 14:47:30	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08

Não existem intenções de recurso para o item

**Item: 3 - Botijão Para Gás**

**Propostas** Participaram deste Item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.  
(As propostas com \* na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
82.658.618/0001-08	LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA	Não	Não	12	R\$ 233,3300	R\$ 2.799,9600	03/02/2022 18:23:50
<b>Marca:</b> LIQUIGAS <b>Fabricante:</b> LIQUIGÁS S.A. <b>Modelo / Versão:</b> CASCO VAZIO 13KG <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Item 03 - Casco de gás vazio de 13 kg (461517) <b>Porte da empresa:</b> Demais (Diferente de ME/EPP)							

**Lances** (Obs: lances com \* na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 233,3300	82.658.618/0001-08	14/02/2022 10:00:00:890

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

**Eventos do Item**

Evento	Data	Observações
--------	------	-------------

0000998

Abertura	14/02/2022 10:00:04	Item aberto para lances.
Encerramento sem prorrogação	14/02/2022 10:10:05	Item aguardando decisão sobre reinício ou encerramento da etapa aberta.
Encerramento	14/02/2022 10:22:41	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa aberta	14/02/2022 10:22:41	Item com etapa aberta encerrada.
Aceite de proposta	14/02/2022 14:12:29	Aceite individual da proposta. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08, pelo melhor lance de R\$ 233,3300.
Habilitação de fornecedor	14/02/2022 14:47:30	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08

**Não existem intenções de recurso para o item**

#### Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	14/02/2022 10:00:01	A sessão pública está aberta. Nesta compra foi realizada a análise de propostas automática e todas foram classificadas para a fase de lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	14/02/2022 10:00:01	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	14/02/2022 10:00:03	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	14/02/2022 10:00:04	O item 3 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	14/02/2022 10:10:02	O item 1 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo pregoeiro.
Sistema	14/02/2022 10:10:04	O item 2 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo pregoeiro.
Sistema	14/02/2022 10:10:05	O item 3 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo pregoeiro.
Sistema	14/02/2022 10:18:26	O item 2 está encerrado.
Sistema	14/02/2022 10:22:37	O item 1 está encerrado.
Sistema	14/02/2022 10:22:41	O item 3 está encerrado.
Sistema	14/02/2022 10:22:46	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".
Pregoeiro	14/02/2022 11:10:15	Para LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - bom dia Fornecedor, A empresa tem intenção de negociar o valor? por gentileza responder até as 11:45.
Pregoeiro	14/02/2022 11:44:01	Devido estar próximo ao horário do almoço iremos suspender a sessão e retornamos as 13:40.
Pregoeiro	14/02/2022 13:40:03	Boa tarde, Sessão está aberta.
Sistema	14/02/2022 14:47:31	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'.
Pregoeiro	14/02/2022 14:48:14	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 14/02/2022 às 15:18:00.

#### Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração abertura da sessão pública	10/02/2022 08:30:00	Previsão de abertura: 10/02/2022 08:40:00; Motivo: Medida administrativa; Justificativa: Pregoeiro não definido para a compra.
Alteração abertura da sessão pública	10/02/2022 08:40:00	Previsão de abertura: Sem prazo definido; Motivo: Medida administrativa; Justificativa: Pregoeiro não definido para a compra.
Alteração equipe	10/02/2022 09:15:38	
Alteração abertura da sessão pública	10/02/2022 13:31:45	Previsão de abertura: 14/02/2022 10:00:00; Motivo: Medida administrativa; Justificativa: Devido falha na conexão que impossibilitou o acesso ao sistema
Abertura da sessão pública	14/02/2022 10:00:01	Abertura da sessão pública
Julgamento de propostas	14/02/2022 10:22:46	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	14/02/2022 14:47:31	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	14/02/2022 14:48:14	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 14/02/2022 às 15:18:00.

000109

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 15:35 horas do dia 14 de fevereiro de 2022, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

DANIELE DA COSTA BARTZ ZEM  
**Pregoeiro Oficial**

---

NICOLLAS MARCAL PIVETA  
**Equipe de Apoio**

---



Imprimir o  
**Relatório**

**Voltar**





Pregão Eletrônico Nº 00004/2022(SRP)

## RESULTADO POR FORNECEDOR

82.658.618/0001-08 - LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
1	Gás refino de petróleo	Grama	580	R\$ 116,6700	R\$ 116,6500	R\$ 67.657,0000
Marca: LIQUIGAS Fabricante: LIQUIGÁS S.A. Modelo / Versão: RECARGAS DE 13KG Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Item 01 - Carga de gás GLP de 13 kg (461652)						
2	Gás refino de petróleo	Grama	200	R\$ 423,6300	R\$ 423,6300	R\$ 84.726,0000
Marca: LIQUIGAS Fabricante: LIQUIGÁS S.A. Modelo / Versão: RECARGAS DE 45KG Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Item 02 - Carga de gás GLP de 45 kg (461651)						
3	Botijão Para Gás	Unidade	12	R\$ 233,3300	R\$ 233,3300	R\$ 2.799,9600
Marca: LIQUIGAS Fabricante: LIQUIGÁS S.A. Modelo / Versão: CASCO VAZIO 13KG Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Item 03 - Casco de gás vazio de 13 kg (461517)						

Total do Fornecedor: R\$ 155.182,9600

Valor Global da Ata: R\$ 155.182,9600

(\*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.



Imprimir o Relatório

Voltar





000102

52, Ubi

52, Ubi

## HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS

52, Ubi

52, Ubi

52, Ubi

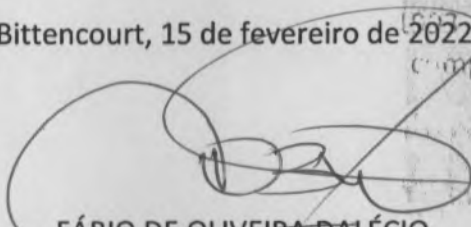


## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve **HOMOLOGAR** a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5529/2022.
2. MODALIDADE Nº: 4/2022
3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição parcelada, por meio de registro de preços, de recargas e botijões destinados ao município.
4. FORNECEDOR (A): **LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 82.658.618/0001-08, estabelecida à Rua Via do Trabalhador, no nº 321, Parque Industrial I, CEP nº 87306-620, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná.
5. VALOR: R\$-155.182,96 (cento cinquenta cinco mil cento e oitenta dois reais e noventa seis centavos).
6. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 10/02/2022.
7. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 15/02/2022.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 15 de fevereiro de 2022.

  
FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO  
Prefeito de Ubatuba



000104

## **PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO**



**PARECER JURIDICO CONCLUSIVO**

Submete-se a análise, o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico registrado sob o nº 4/2022, processo nº. 5529/2022, cujo objeto é Aquisição parcelada, por meio de registro de preços, de recargas e botijões destinados ao município.

Concluída a Sessão do Pregão Eletrônico, o procedimento licitatório foi encaminhado a este assessor jurídico para emissão de parecer jurídico conclusivo.

Antes, porém, é necessário frisar que, em momento anterior, esta assessoria jurídica, em atendimento ao parágrafo único do Artigo 38 da Lei nº 8.666/93, examinou e aprovou a minuta de Edital e Contrato, bem como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião, nos exatos termos do parecer prévio transcrito anteriormente.

Após a manifestação supratranscrita, deu-se início à fase externa do certame (Art. 20 da Lei nº 10.024/19) e providenciou a publicação do Edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Saliente-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora observado o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis (Art. 25 da Lei nº 10.024/19).


O edital do pregão eletrônico vem detalhando o objeto, o prazo de entrega, a fase de proposta, habilitação, julgamento e análise dos documentos, julgamento do recurso, documento aplicável, obrigações da contratada, e disposições gerais, ou seja, dentro da previsão da Lei do Pregão - Lei nº 10.024/19, bem como, amparada pela Lei 8.666/93, também houve a publicação em local público no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ubatuba, para garantir a publicidade dos atos.

No dia e horas designados para a seleção de proposta mais vantajosa as empresas encaminharão exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Cumprindo todos os atos legais neste momento o assessor jurídico emite o seu parecer favorável em todo o processo de licitação em que os procedimentos de regularidade e a legalidade foram cumpridos, deva se dar prosseguimento homologando-o e efetivando a contratação dos licitantes vencedores.

Esse é o nosso parecer.

Ubatuba, 15 de fevereiro de 2022.

  
Carlos Daniel Sobierai Machado  
Assessor Jurídico  
OAB-Pr 65323





ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5529/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2022

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 82.658.618/0001-08, estabelecida à Rua Via do Trabalhador, no nº 321, Parque Industrial I, CEP nº 87306-620, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, telefone nº (44) 3525-3131, e-mail (liquialves@hotmail.com), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5529/2022, Pregão Eletrônico nº 4/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é aquisição parcelada, por meio de registro de preços, de recargas e botijões destinados ao município.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL	MARCA
1	1	Carga de gás GLP de 13 kg (461652)	580	UN	116,65	67.657,00	Liquigás
1	2	Carga de gás GLP de 45 kg (461651)	200	UN	423,63	84.726,00	Liquigás
2	1	Casco de gás vazio de 13 kg (461517)	12	UN	233,33	2.799,96	Liquigás

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-155.182,96 (cento cinquenta cinco mil cento e oitenta dois reais e noventa seis centavos).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA- LOCAIS DE ENTREGA

6.1. Os objetos ser deverão ser entregues nos locais e horários determinados na ordem de compras dentro do perímetro urbano do município e também no Distrito de Yolanda (aproximadamente 16 km da área urbana) e Comunidade São João (aproximadamente 13 km da área urbana). Podendo cada pedido ser efetuado qualquer dia da semana inclusive em sábados, domingos e feriados.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA- DOS PRAZOS

7.1. O prazo de entrega dos produtos será:

Lote 01: Após o recebimento de cada pedido a licitante terá o prazo máximo de 01 (uma) hora para efetuar a entrega no local requisitado, durante horário de expediente, a contar do recebimento da autorização.

Lote 02: Após o recebimento de cada pedido a licitante terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para efetuar a entrega no local requisitado, durante horário de expediente, a contar do recebimento da ordem de compras, encaminhada pela Divisão de Compras do Município.

7.2. O prazo para entrega dos produtos que venham a ser substituídos será de metade do prazo estipulado para entrega.

7.3. Na contagem dos prazos, exclui-se o de início e inclui-se o do vencimento.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos produtos/bens/materials será de maneira fracionada, balizando-se na necessidade da secretaria requisitante, devendo o fornecimento ocorrer pelo período de doze meses, sendo este o prazo de vigência do registro de preços.

8.1.1. Quando solicitado, o botijão deverá ser devidamente instalado.

8.1.2. Não será aceito em hipótese alguma, o fornecimento de vale gás, ou qualquer outro dispositivo de fornecimento que não seja a entrega do produto mediante autorização de compras devidamente assinada por servidor responsável.



8.2. Os produtos deverão ser fornecidos em perfeitas condições, novos, original e sem uso, conforme especificações, prazo e local constantes no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.3. Os produtos deverão ser entregues em veículo próprio, transportadoras ou outros serviços de entrega.

8.4. Quando exigido, os produtos deverão ser entregues com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da empresa a troca e manutenção dos produtos/bens/materiais durante o período, sem ônus adicionais ao município.

8.5. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

#### **9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

9.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

9.2. O município reserva-se o direito de não receber os produtos fornecidos que não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas no Edital.

9.3. O recebimento de produtos/bens/materiais de valor superior ao limite estabelecido no art. 15, § 8º da Lei nº 8.666/93, será realizado por comissão de, no mínimo, 3 (três) membros previamente nomeados.

9.4. A empresa é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ainda que tenha sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

9.5. O produto/bem que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

10.1. São direitos do MUNICÍPIO:

10.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

10.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

10.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

10.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.



**10.2. São obrigações do MUNICÍPIO:**

10.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

10.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

10.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

10.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

10.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

10.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

**10.3. São obrigações da FORNECEDORA:**

10.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

10.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

10.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

10.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

10.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

10.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

10.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;





10.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

10.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

10.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

10.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

10.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado *após o recebimento de cada pedido*, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

11.2. A fatura deverá ser emitida pela FORNECEDORA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

11.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0205	6243	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		466,68
0302	6245	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		3.500,05
0501	6263	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		9.333,60
0502	6266	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		37.084,80
0503	6284	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		39.202,95
0604	6317	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	4.083,45
0605	6321	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	5.483,43
0701	6343	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.166,70
0901	6350	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.633,37
1001	6355	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.800,08
1002	6357	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		4.200,12
1201	6378	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		466,68
1601	6390	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		45.772,65

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**

12.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

13.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

13.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

13.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

13.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

13.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

13.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.





13.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços aos servidores conforme tabela abaixo:

GABINETE	Geraldo José dos Santos
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	Maria Inês Bento
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Neiva Grigio Gindri
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Claudia Lazaretti
SECRETARIA DE SAÚDE	Orlando dos Santos Filho
SECRETARIA DE ESPORTES	Sullivan Jose Mohanna Rocha
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERV. RURAIS	Luiz Antonio Marafon
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Ronaldo Felipe Maciel
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Laercio Franca de Oliveira

14.2. Fiscal do Contrato:

GABINETE	Francielly T. C. L. Do Amaral
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	Nicollas Marcal Piveta
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Maria Isabel de Paiva
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Altair da Silva Pereira
SECRETARIA DE SAÚDE	Manoel do Nascimento
SECRETARIA DE ESPORTES	Jose Soares de Brito
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERV. RURAIS	Tania Fonseca da Rocha
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Adriana Candida Sluzovski
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Viviane C. Ciciliato Retamero

14.3. Fiscal do Contrato Substituto:

GABINETE	Robson Alexandre da Silva
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	Jose Carlos Gonçalves
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Thiago Dadalto Gimenez
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Ellen Thais da Silva
SECRETARIA DE SAÚDE	Solange Fabris
SECRETARIA DE ESPORTES	Helio Galhardo Junior
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERV. RURAIS	Odilio Camargo Alves
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Jose Antonio Torres dos Santos
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Arnaldo Tomaz de Lima

14.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.



14.5. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

14.6. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.7. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 5/2022.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

15.1.1. Advertência;

15.1.2. Multa;

15.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubiratã;

15.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.2. As multas poderão ser:

15.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

15.2.1.1. 2% (Dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

15.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

15.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

15.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

15.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.





15.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

15.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

15.3.2. Incurrir em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

15.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

15.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

15.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

15.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

15.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

15.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

15.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

15.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

15.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

15.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

15.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

15.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.



15.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

16.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

16.1.1. For liberado;

16.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

16.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

16.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

16.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

16.2.1. Por razão de interesse público; ou

16.2.2. A pedido do fornecedor.

16.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

16.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

18.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

UBIRATÃ

PREFEITURA



000116

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## 20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubitatã, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubitatã - Paraná, 15 de fevereiro de 2022.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito

LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA

Representante legal da empresa

82658618/0001-08

42209615-97

Liqui Alves Comércio e Transportes  
de Gás Ltda.

RUA VIA DO TRABALHADOR, 321  
PQ. INDUSTRIAL - CEP 87306-620  
CAMPO MOURÃO - PR





# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

000117

SEXTA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2022

EDIÇÃO SEMANAL Nº 1.516- ANO: XVII

Página 2 de 4

[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

### AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2022

O Município de Ubatuba torna público que se encontra aberto o Credenciamento nº 01/2022, visando o CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES CLÍNICOS.

A primeira sessão pública para recebimento da documentação será às 08h30min do dia 08 de março de 2022, na sala de licitações, localizada no 1º andar do Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt. O edital e seus anexos poderão ser obtidos no site [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), na aba Processos Licitatórios. Ubatuba, Paraná, 18 de fevereiro de 2022.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5558/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

O Município de Ubatuba torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Por Item, visando AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇO, DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SERVIÇO DE PAPELARIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE.

Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 08h30min do dia 08 de Março de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 08h30min do dia 08 de Março de 2022, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) a partir de 18 de Fevereiro de 2022.

Ubatuba, Paraná, 18 de Fevereiro de 2022.

### TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2022

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5555/2022.

2. OBJETO: PAGAMENTO DE FRANQUIA DE SEGURO PARA CONserto DE VEICULO CHEVROLET SPIN LTZ 1.8 8V ECONOFLEX, VEICULO 206, DA SECRETARIA DE SAÚDE.

3. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, caput da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4. FORNECEDOR: JOVELINO DAS VIRGENS FERREIRA - ME, inscrita no CNPJ nº 78.692.670/0001-03, com sede na Rua Floriano Peixoto, S/N, na cidade de Ubatuba - Paraná.

5. VALOR: R\$ 4.047,91 (Quatro mil quarenta e sete reais e noventa e um centavos).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 16/02/2022.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 16 de fevereiro de 2022.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba

### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2022

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5559/2022

2. OBJETO: O presente procedimento refere-se à LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO PARA FUNCIONAMENTO DO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

3. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação com fundamento art. 24, inciso X da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4. FORNECEDOR (A): WIVIANE GLASSY FONTANA LOPES, inscrita no CPF sob o nº 585.894.739-53, residente na Avenida Cruzeiro Sul, 486, Q32, D08, centro na cidade de Nova Cantu, Estado do Paraná, Telefone nº (44) 9 9175-9152.

5. VALOR: R\$-19.117,00 (dezenove mil cento e dezessete reais).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 18/02/2022.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 18 de fevereiro de 2022.

ÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2022

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

FORNECEDOR (A): AABA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 80.392.566/0001-45.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5415/2021.

OBJETO: Aquisição de materiais ambulatoriais, de enfermagem e de resgate e socorro para a Secretaria de Saúde e Bombeiros Comunitários.

VALOR: R\$-26.361,14 (vinte e seis mil trezentos sessenta e um real e quatorze centavos).

DATA DA ASSINATURA: 18/01/2022.

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2022

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

FORNECEDOR (A): LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA, inscrita no CNPJ nº 82.658.618/0001-08.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5529/2022.

OBJETO: Aquisição parcelada, por meio de registro de preços, de recargas e botijões destinados ao município.

VALOR: R\$-155.182,96 (cento cinquenta e cinco mil cento e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 15/02/2021.

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 3/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UBIRATÃ – CNPJ 76.950.096/0001-10

CONTRATADO (A): HIROYUKI MAKIAMA, RG. nº 3.333.063-4/SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 492.783.479-49 residente na Avenida Yolanda Loureiro de Carvalho, nº 983, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5108/2021

OBJETO DO CONTRATO: Locação de imóvel para funcionamento do CAPS.

FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogar a vigência do contrato pelo prazo de 12 meses.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), no link Jornal Oficial Online.

Início





## CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PONTO DE REVENDA DE GLP

Razão Social : LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA.  
CNPJ : 82.658.618/0001-08  
Número de Autorização : GLP/PR0187971  
Número Despacho : ANP Nº 1250  
Data da Publicação : 29/07/2010  
29/07/2010  
Endereço : RUA VIA DO TRABALHADOR - 321 -  
PARQUE INDUSTRIAL AUGUSTO TEREZELLI FILHO -  
CAMPO MOURAO - PR

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º, inciso XV da Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, **CERTIFICA** que, nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada a exercer a atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo – GLP, nos termos da Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016.

Emitido às **16:16:50** horas do dia **17/02/2022** (data e horário de Brasília).

Código de controle do certificado: **C27F.2733.333B.3B46**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.

Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Ponto de Revenda de GLP Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP: [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)



PARANÁ  
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA  
Instituto Ambiental do Paraná - IAP

Número de Protocolo  
14.393.536-1

Número do Documento  
119900

Validade da Licença  
20/12/2022

CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL

O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o conteúdo no expediente protocolado sob o nº 14.393.536-1, concede CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL nas condições e restrições abaixo especificadas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

CPF/CNPJ  
82.658.618/0001-08  
Nome/Razão Social  
LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA-EPP

RM/Inscrição Estadual  
4220961597  
Logradouro e Número  
Rua Via do Trabalhador, 321

Bairro  
Parque Industrial Augusto Tezelli Filho

Município / UF  
Campo Mourão/PR

CEP  
87.306-620

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Atividade  
Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados

Porte  
Pequeno

Atividade Específica  
Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)

Detalhes da Atividade  
atividade secundária - transporte de cargas perigosas

Coordenadas UTM (E-N)  
362462.4 - 7334293.0  
Logradouro e Número  
Rua Via do Trabalhador, 321

Bacia Hidrográfica  
Ivaí  
Bairro  
Parque Industrial Augusto Tezelli Filho

Município / UF  
Campo Mourão/PR

CEP  
87.306-620

3. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

3.1 PRODUTO ARMAZENADO

Descrição	Quantidade	Tipo de Armazenamento
gás liquefeito de petróleo	3.500,00	null

3.2 ÁGUA UTILIZADA

Origem Água	Tipo de Uso	Vazão (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
Rede Pública	Humano	6,00	--	--

3.3 EFLUENTES LÍQUIDOS

Origem Efluente	Forma Tratamento	Destino Final	Vazão (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
Efluente de esgoto sanitário	Rede Pública	Rede Pública	6,00	--	--

3.7 RESÍDUOS SÓLIDOS

Código e Descrição	Quant/Dia	Destino Final
200199 - Outras frações não anteriormente especificadas	5,00 kg	Aterro Municipal

Obs.: As informações das seções 1, 2 e 3 são de responsabilidade do requerente.

4. CONDICIONANTES

1. A presente Licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 8º, Inciso II da Resolução Nº 237/97 - CONAMA, 2º, Inciso IV da Resolução Nº 065/2008 - CEMA, 01 de julho de 2008 e Art. 7º, Inciso II da Resolução Nº 070/2009 - CEMA, 11 de agosto de 2009 e autoriza o início das obras relacionadas ao empreendimento, devendo ser observados, rigorosamente, durante a sua instalação, os itens abaixo listados, bem como outros eventuais, constantes de fase anterior do licenciamento ambiental.

2. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98 e seus decretos reguladores.

3. Os critérios adotados para emissão da presente DLAE poderão ser reformulados e/ou complementados de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.

4. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes da atividade desenvolvida no local do empreendimento deverão estar em conformidade com aqueles preconizados pela Resolução CONAMA N.º 001/90.

5. OS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS E RELACIONADOS À ATIVIDADE DESENVOLVIDA, quaisquer sejam e em qualquer época, com a finalidade de evitar danos ambientais, deverão ser convenientemente armazenados e reutilizados no próprio local e/ou, encaminhados a terceiros para reutilização e/ou destinação final adequada, em empreendimentos e atividades devidamente licenciados por este Instituto para a realização dos referidos serviços.

6. SERÁ PROIBIDO O LANÇAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO E DE QUAISQUER OUTROS RESÍDUOS LÍQUIDOS EM GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, sem Autorização expressa da Prefeitura Municipal.

7. EM OCORRENDO A NECESSIDADE DA REMOÇÃO DE QUALQUER TIPO DE COBERTURA VEGETAL NA ÁREA DA EMPRESA, esta deverá ser precedida de Autorização específica a ser obtida junto a este Instituto, conforme estabelecido na legislação vigente.

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO  
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO  
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO  
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO  
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO  
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO  
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

Curitiba, 20 de Dezembro de 2016

Esta declaração está vinculada à exatidão das informações apresentadas pelo interessado e não exime o empreendedor do cumprimento das exigências ambientais estabelecidas em disposições legais, regulamentares e em normas técnicas aplicáveis ao caso e o sujeito à fiscalização e anulação da presente declaração, caso sejam constatadas irregularidades bem como à autuação e imposição de sanções administrativas cabíveis. O IAP poderá, a qualquer momento, invalidá-la caso verifique discordância entre as informações e as características reais do empreendimento. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP. Este CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL deverá ser afixado em local visível.

Assinatura do Representante do IAP

Assinatura do Representante do IAP  
LUIZ TARCISIO MOSSATO PINTO  
Central de processos

000120

 <div>Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR</div> 			
Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
6606261	15/02/2022	09/12/2021	09/03/2022
<b>Dados básicos:</b>			
CNPJ : 82.658.618/0001-08			
Razão Social : LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA			
Nome fantasia : LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA			
Data de abertura : 15/07/1991			
<b>Endereço:</b>			
logradouro: RUA VIA DO TRABALHADOR			
N.º: 321		Complemento:	
Bairro:	PARQUE INDUSTRIAL AUGUSTO TEZELLI FILHO	Município:	CAMPO MOURAO
CEP:	87306-620	UF:	PR
<b>Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP</b>			
<b>Código</b>	<b>Descrição</b>		
18-1	Transporte de cargas perigosas		
Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.			
<b>Chave de autenticação</b>		F18S36EWZB46N7TU	





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**  
**SECRETARIA DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E OUVIDORIA**

Rua Brasil, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL, 420 - CEP 87301-140  
 Fone/Fax: (44)3518-1144 - e-mail: prefeitura@campomourao.pr.gov.br - homepage: www.campomourao.pr.gov.br

CMC 14892	NÚMERO DO ALVARÁ 202/2010
EXERCÍCIO 2021	DATA DE VALIDADE 31/12/2021

## ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO

NOME / RAZÃO SOCIAL

5976200 - LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - ME

NOME FANTASIA / SOBRENOME

LIQUI GAS

LOGRADOURO

VIA VIA DO TRABALHADOR

NÚMERO

321

COMPLEMENTO

CEP

87.306-620

BAIRRO

PQ IND I AUGUSTO TEZELLI FILHO

MUNICÍPIO

Campo Mourão

ESTADO

PR

CFP / CNPJ

82.658.618/0001-08

RG / INSCRIÇÃO ESTADUAL

DATA INÍCIO ATIVIDADE

25/05/2010

ATIVIDADE(S) PRINCIPAL(S)

005.007.024

COM. VAREJ. DE GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO

006.006.003

(CNAE 4930202) - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS,

006.006.010

INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL  
 TRANSPORTE RODOVIÁRIO URBANO MUNICIPAL - CARGAS EM GERAL

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

RESTRIÇÃO COMPLEMENTAR

CONTADOR / CONTABILIDADE RESPONSÁVEL

FICAGNA CONTABILIDADE E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

O PRESENTE ALVARÁ AUTORIZA A EXPLORAÇÃO DE NEGÓCIOS CONFORME ACIMA DESCRITO ENQUANTO SATISFAZER AS EXIGÊNCIAS QUE LEGITIMARAM SUA CONCESSÃO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

### Restrições

CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS VÁLIDO ATÉ 18/10/2022.

CLAUDETE STANISZEWSKI  
 AUDITOR DE TRIBUTOS  
 MATRÍCULA 1057537

CAMPO MOURÃO/PR, 09/11/2021

VALIDAÇÃO



**MANTER EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO**

### OBSERVAÇÕES / INFORMES

- 1) De conformidade com a legislação vigente deverão ser comunicados ao Setor de Tributação da prefeitura em prazo inferior a 30 dias quaisquer alterações cadastrais.
- 2) Em caso de encerramento das atividades inerentes a este alvará, deverá ser requerido em prazo inferior a 15 dias junto ao Setor de Tributação da prefeitura a BAIXA deste alvará, sob pena de enquadramento de débitos dos exercícios seguintes.





ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ  
CORPO DE BOMBEIROS  
5GB - SPCIP CAMPO MOURAO



000122

**CLCB - CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - CLCB**  
**3.9.01.21.0000856223-96**

A Seção de Prevenção Contra Incêndio e a Desastres do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná licencia a edificação/estabelecimento/evento/área de risco abaixo qualificada, por estar em conformidade com a legislação de prevenção contra incêndio e a desastres em vigor:

<b>LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA - ME</b>
Nome Fantasia: LIQUI GAS CPF/CNPJ: 82.658.618/0001-08 Código da Atividade Econômica (CNAE): 4784/9-00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) 4930/2-03 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS Logradouro: R VIA DO TRABALHADOR Número: 321 Bairro: PQ INDL AUGUSTO TEZELI FO Município: CAMPO MOURAO-PR
<b>PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E A DESASTRES</b>
Área Total: 666,20 m <sup>2</sup> Área Vistoriada: 666,20 m <sup>2</sup> Ocupação: M-2 - LÍQUIDO OU GÁS INFLAMÁVEIS OU COMBUSTÍVEIS Capacidade de Público: 1 PESSOAS Uso de GLP: REVENDA CLASSE VI - ATÉ 49920KG DE GLP Medidas de prevenção e combate a incêndios e a desastres: EXTINTORES DE INCÊNDIO SAÍDAS DE EMERGÊNCIA SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA HIDRANTE E MANGOTINHOS SEPARAÇÃO ENTRE EDIFICAÇÕES BRIGADA DE INCÊNDIO ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA CONTROLE DE MATERIAIS DE ACABAMENTO E REVESTIMENTO ACESSO DE VIATURA NA EDIFICAÇÃO E ÁREAS DE RISCO ALARME DE INCÊNDIO Projeto Técnico NIB:
<b>OBSERVAÇÕES</b>
Esta licença perde a validade, a qualquer tempo, caso ocorram alterações que impliquem em inconformidade com a legislação de prevenção e combate a incêndio e a desastres em vigor. O Corpo de Bombeiros Militar poderá fiscalizar a edificação/estabelecimento/área de risco/evento a qualquer tempo.

**LICENÇA VÁLIDA ATÉ: 18 de Outubro de 2022**



Documento emitido eletronicamente pelo Sistema PrevFogo.  
A autenticidade deve ser confirmada no endereço [www.prevfogo.pr.gov.br](http://www.prevfogo.pr.gov.br) através do link "Verificar Autenticidade Documentos."



# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

000123

QUINTA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 2022

EDIÇÃO ESPECIAL Nº 1.515- ANO: XVII

Página 1 de 3

www.ubirata.pr.gov.br

### SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO .....	1
PORTARIAS .....	1
PROCESSOS LICITATÓRIOS .....	1
ATOS DO PODER LEGISLATIVO .....	2

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### PORTARIAS

##### PORTARIA Nº 82, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Concede diárias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas na Lei nº 1959, de 26 de janeiro de 2012, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 1 (uma) diária integral no valor de R\$ 625,32 (seiscentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos) cada, e 1 (uma) diária parcial de 50% no valor de R\$ 312,66 (trezentos e doze reais e sessenta e seis centavos), ao Prefeito, Fábio de Oliveira Dalécio, para custear despesa de viagem a Curitiba/PR, do dia 20/02/2022 a 21/02/2022, para cumprimento de agenda de compromissos, conforme requerimento de diária.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

##### PORTARIA Nº 83, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Nomeia servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 61 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor, Joaquim Laurentino Teixeira, para o cargo de Assistente Técnico VI, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos e Pavimentação, com efeitos retroativos a 16/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

##### PORTARIA Nº 86, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Exonera servidora.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Vania Benelli Bartz Nascimento, ocupante do cargo de Assessora IV, lotada na Secretaria da Administração, em 17/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

### PROCESSOS LICITATÓRIOS

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5484/2021.

2. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº: 14/2021

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Cobertura da quadra poliesportiva da escola Professora Lucineia Ricardo Braciforte.

4. FORNECEDOR (A): SERGIO VALUS ENGENHARIA, inscrita no CNPJ nº 24.378.765/0001-28, situada na rua João Correia Cunha, 235, Vila Nova, na cidade Prudentópolis, Estado Paraná.

5. VALOR: R\$-459.879,42 (quatrocentos cinquenta e nove mil oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos)

6. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 14/02/2022.

7. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 14/02/2022.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 14 de fevereiro de 2022.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5529/2022.

2. MODALIDADE Nº: 4/2022

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição parcelada, por meio de registro de preços, de recargas e botijões destinados ao município.

4. FORNECEDOR (A): LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA, inscrita no CNPJ nº 82.658.618/0001-08, estabelecida à Rua Via do Trabalhador, no nº 321, Parque Industrial I, CEP nº 87306-620, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná.

5. VALOR: R\$-155.182,96 (cento e cinquenta e cinco mil e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos).

6. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 10/02/2022.

7. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 15/02/2022.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 15 de fevereiro de 2022.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5530/2022.

2. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº: 1/2022

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Pavimentação polidétrica na Estrada Concórdia.

4. FORNECEDOR (A): PAVIMENTAÇÃO ESPERANÇA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 25.302.822/0001-58, situada na Rua Ágata, 11, Cidade de Boa Esperança, Estado Paraná.

5. VALOR: R\$-377.672,54 (trezentos e setenta e sete mil e seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

6. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 16/02/2022.

7. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/02/2022.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 16 de fevereiro de 2022.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5533/2022.

2. MODALIDADE Nº: 6/2022

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de insumos para realização de exames laboratoriais.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), no link Jornal Oficial Online.

[Início](#)



## CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PONTO DE REVENDA DE GLP

000124  
8

---

Razão Social : LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA.  
CNPJ : 82.658.618/0001-08  
Número de Autorização : GLP/PR0187971  
Número Despacho : ANP Nº 1250  
Data da Publicação : 29/07/2010  
29/07/2010  
Endereço : RUA VIA DO TRABALHADOR - 321 -  
PARQUE INDUSTRIAL AUGUSTO TEREZELLI FILHO -  
CAMPO MOURAO - PR

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º, inciso XV da Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, **CERTIFICA** que, nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada a exercer a atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo – GLP, nos termos da Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016.

---

Emitido às **10:59:54** horas do dia **15/02/2022** (data e horário de Brasília).

Código de controle do certificado: **5DDC.88FF.FFA8.A81B**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.

Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Ponto de Revenda de GLP Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP: [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)





PARANÁ  
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA  
Instituto Ambiental do Paraná - IAP

Número do Protocolo  
14.393.536-1

Número do Documento  
119900

Validade da Licença  
20/12/2022

CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL

O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 14.393.536-1, concede CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL nas condições e restrições abaixo especificadas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

CPF/CNPJ  
82.658.618/0001-08  
Nome/Razão Social  
LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA-EPP  
RG/Inscrição Estadual  
4220961597  
Logradouro e Número  
Rua Via do Trabalhador, 321  
Bairro  
Parque Industrial Augusto Tezelli Filho  
Município / UF  
Campo Mourão/PR  
CEP  
87.306-620

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Atividade  
Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados

Atividade Específica  
Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)

Detalhes da Atividade  
Atividade secundária - transporte de cargas perigosas

Coordenadas UTM (E-N)  
362462.4 - 7334293.0  
Logradouro e Número  
Rua Via do Trabalhador, 321  
Bairro  
Parque Industrial Augusto Tezelli Filho  
Município / UF  
Campo Mourão/PR  
CEP  
87.306-620

3. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

3.1 PRODUTO ARMAZENADO

Descrição	Quantidade	Tipo de Armazenamento
gás liquefeito de petróleo	3.500,00	null

3.2 ÁGUA UTILIZADA

Origem Água	Tipo de Uso	Volume (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
Rede Pública	Humano	6,00	---	---

3.3 EFLUENTES LÍQUIDOS

Origem Efluente	Forma Tratamento	Destino Final	Vazão (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
Efluente de esgoto sanitário	Rede Pública	Rede Pública	6,00	---	---

3.7 RESÍDUOS SÓLIDOS

Código e Descrição	Quant./Dia	Destino Final
200199 - Outras frações não anteriormente especificadas	5,00 kg	Aterro Municipal

Obs.: As informações das sessões 1, 2 e 3 são de responsabilidade do requerente.

4 - CONDICIONANTES

1. A presente Licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 8º, Inciso II da Resolução Nº 237/97 - CONAMA, 2º, Inciso IV da Resolução Nº 065/2008 - CEMA, 01 de julho de 2008 e Art. 7º, Inciso II da Resolução Nº 070/2009 - CEMA, 11 de agosto de 2009 e autoriza o início das obras relacionadas ao empreendimento, devendo ser observados, rigorosamente, durante a sua instalação, os itens abaixo listados, bem como outros eventuais, constantes de fase anterior do licenciamento ambiental.

2. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98 e seus decretos reguladores.

3. Os critérios adotados para emissão da presente DLAE poderão ser reformulados e/ou complementados de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.

4. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes da atividade desenvolvida no local do empreendimento deverão estar em conformidade com aqueles preconizados pela Resolução CONAMA N.º 001/90.

5. OS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS E RELACIONADOS À ATIVIDADE DESENVOLVIDA, quaisquer sejam e em qualquer época, com a finalidade de evitar danos ambientais, deverão ser convenientemente armazenados e reutilizados no próprio local e/ou, encaminhados a terceiros para reutilização e/ou destinação final adequada, em empreendimentos e atividades devidamente licenciados por este Instituto para a realização dos referidos serviços.

6. SERÁ PROIBIDO O LANÇAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO E DE QUAISQUER OUTROS RESÍDUOS LÍQUIDOS EM GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, sem Autorização expressa da Prefeitura Municipal.

7. EM OCORRENDO A NECESSIDADE DA REMOÇÃO DE QUALQUER TIPO DE COBERTURA VEGETAL NA ÁREA DA EMPRESA, esta deverá ser precedida de Autorização específica a ser obtida junto a este Instituto, conforme estabelecido na legislação vigente.

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO  
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO  
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO  
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO  
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO  
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

Curitiba, 20 de Dezembro de 2016

Esta declaração está vinculada à exatidão das informações apresentadas pelo interessado e não exime o empreendedor do cumprimento das exigências ambientais estabelecidas em disposições legais, regulamentares e em normas técnicas aplicáveis ao caso e o sujeito à fiscalização e anulação da presente declaração, caso sejam constatadas irregularidades bem como à autuação e imposição de sanções administrativas cabíveis. O IAP poderá, a qualquer momento, invalidá-la caso verifique discordância entre as informações e as características reais do empreendimento. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP. Este CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL deverá ser afixado em local visível.

Assinatura do Representante do IAP



Digitally signed by  
INSTITUTO AMBIENTAL DO  
PARANÁ.68596162000178  
Date: 2016.12.20 19:22:20  
BRST

LUIZ TARCISIO MOSSATO PINTO  
Central de processos





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**  
**SECRETARIA DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E OUVIDORIA**

Rua Brasil, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL, 420 - CEP 87301-140  
Fone/Fax: (44)3518-1144 - e-mail: prefeitura@campomourao.pr.gov.br - homepage: www.campomourao.pr.gov.br

000126

CMC 14892	NÚMERO DO ALVARÁ 202/2010
EXERCÍCIO 2021	DATA DE VALIDADE 31/12/2021

## ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO

NOME / RAZÃO SOCIAL

5976200 - LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - ME

NOME FANTASIA / SOBRENOME

LIQUI GAS

LOGRADOURO

VIA VIA DO TRABALHADOR

NÚMERO

321

COMPLEMENTO

CEP

87.306-620

BAIRRO

PQ IND I AUGUSTO TEZELLI FILHO

MUNICÍPIO

Campo Mourão

ESTADO

PR

CPF / CNPJ

82.658.618/0001-08

RG / INSCRIÇÃO ESTADUAL

DATA INÍCIO ATIVIDADE

25/05/2010

ATIVIDADE(S) PRINCIPAL(ES)

005.007.024

006.006.003

006.006.010

COM. VAREJ. DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO

(CNAE 4930202) - TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS,

INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL

TRANSPORTE RODOVIARIO URBANO MUNICIPAL - CARGAS EM GERAL

HORARIO DE FUNCIONAMENTO

RESTRIÇÃO COMPLEMENTAR

CONTADOR / CONTABILIDADE RESPONSÁVEL

FICAGNA CONTABILIDADE E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

O PRESENTE ALVARÁ AUTORIZA A EXPLORAÇÃO DE NEGÓCIOS CONFORME ACIMA DESCRITO ENQUANTO SATISFAZER AS EXIGÊNCIAS QUE LEGITIMARAM SUA CONCESSÃO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

### Restrições

CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS VÁLIDO ATÉ 18/10/2022.

CLAUDETE STANISZEWSKI  
AUDITOR DE TRIBUTOS  
MATRÍCULA 1067537

CAMPO MOURÃO/PR, 09/11/2021

VALIDAÇÃO



**MANTER EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO**

OBSERVAÇÕES / INFORMES

- 1) De conformidade com a legislação vigente deverão ser comunicados ao Setor de Tributação da prefeitura em prazo inferior a 30 dias quaisquer alterações cadastrais.
- 2) Em caso de encerramento das atividades inerentes a este alvará, deverá ser requerido em prazo inferior a 15 dias junto ao Setor de Tributação da prefeitura a BAIXA deste alvará, sob pena de enquadramento de débitos dos exercícios seguintes.



Ministério do Meio Ambiente  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL  
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR



Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
6606261	15/02/2022	09/12/2021	09/03/2022

**Dados básicos:**

CNPJ : 82.658.618/0001-08  
Razão Social : LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA  
Nome fantasia : LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA  
Data de abertura : 15/07/1991

**Endereço:**

logradouro: RUA VIA DO TRABALHADOR  
N.º: 321 Complemento:  
Bairro: PARQUE INDUSTRIAL AUGUSTO TEZELLI FILHO Município: CAMPO MOURAO  
CEP: 87306-620 UF: PR

**Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras  
e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP**

Código	Descrição
18-1	Transporte de cargas perigosas

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	F18S36EWZB46N7TU
-----------------------	------------------



ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ  
CORPO DE BOMBEIROS  
5GB - SPCIP CAMPO MOURAO



0001280

**CLCB - CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - CLCB**

**3.9.01.21.0000856223-96**

A Seção de Prevenção Contra Incêndio e a Desastres do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná licencia a edificação/estabelecimento/evento/área de risco abaixo qualificada, por estar em conformidade com a legislação de prevenção contra incêndio e a desastres em vigor:

LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA - ME
Nome Fantasia: LIQUI GAS CPF/CNPJ: 82.658.618/0001-08 Código da Atividade Econômica (CNAE): 4784/9-00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) 4930/2-03 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS Logradouro: R VIA DO TRABALHADOR Número: 321 Bairro: PQ INDL AUGUSTO TEZELI FO Município: CAMPO MOURAO-PR
PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E A DESASTRES
Área Total: 666,20 m <sup>2</sup> Área Vistoriada: 666,20 m <sup>2</sup> Ocupação: M-2 - LÍQUIDO OU GÁS INFLAMÁVEIS OU COMBUSTÍVEIS Capacidade de Público: 1 PESSOAS Uso de GLP: REVENDA CLASSE VI - ATÉ 49920KG DE GLP Medidas de prevenção e combate a incêndios e a desastres: EXTINTORES DE INCÊNDIO SAÍDAS DE EMERGÊNCIA SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA HIDRANTE E MANGOTINHOS SEPARAÇÃO ENTRE EDIFICAÇÕES BRIGADA DE INCÊNDIO ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA CONTROLE DE MATERIAIS DE ACABAMENTO E REVESTIMENTO ACESSO DE VIATURA NA EDIFICAÇÃO E ÁREAS DE RISCO ALARME DE INCÊNDIO Projeto Técnico NIB:
OBSERVAÇÕES
Esta licença perde a validade, a qualquer tempo, caso ocorram alterações que impliquem em inconformidade com a legislação de prevenção e combate a incêndio e a desastres em vigor. O Corpo de Bombeiros Militar poderá fiscalizar a edificação/estabelecimento/área de risco/evento a qualquer tempo.

**LICENÇA VÁLIDA ATÉ: 18 de Outubro de 2022**



Documento emitido eletronicamente pelo Sistema PrevFogo.  
A autenticidade deve ser confirmada no endereço [www.prevfogo.pr.gov.br](http://www.prevfogo.pr.gov.br) através do link "Verificar Autenticidade Documentos."

Número autenticidade: 1f5100ea.f4dba09d.6f45954d.b023d4a5-4

Página 1 de 1



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

000129

Número da Certidão: 22158886  
Emitido em: 15/02/2022  
Válida até: 17/03/2022

**INTERESSADO:** LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA  
**CNPJ/CPF:** 82.658.618/0001-08

### NADA CONSTA

#### OBSERVAÇÕES:

1. Certidão expedida gratuitamente;
2. Esta declaração é válida sem rasuras ou emendas;
3. A presente certidão não servirá de prova contra cobrança de qualquer débito que vier a ser reclamado pelo IBAMA;
4. Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias;
5. A autenticidade desta certidão pode ser averiguada no site do Ibama, endereço <http://www.ibama.gov.br>, menu Facilidades, link Taxas=>Certidão negativa de
6. Expedida de acordo com a IN/IBAMA nº 10 de 07 de dezembro de 2012.





Ministério do Meio Ambiente  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL  
CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR



Registro nº: 6606261 Data da consulta: 15/02/2022 CR emitido em: 09/12/2021 CR válido até: 09/03/2022

Dados básicos

CNPJ: 82.658.618/0001-08  
Razão social: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA  
Nome fantasia: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA  
Data de abertura: 15/07/1991

Endereço

Logradouro: RUA VIA DO TRABALHADOR Complemento:  
N.º: 321 Município: CAMPO MOURAO  
Bairro: PARQUE INDUSTRIAL AUGUSTO TEZELLI FILHO UF: PR  
CEP: 87306-620

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP

Categoria	Detalhe
18 - Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	1 - Transporte de cargas perigosas

Conforme dados disponíveis na presente data, a pessoa jurídica acima possui Certificado de Regularidade em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O certificado de regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.

O Certificado de Regularidade do CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Fechar